

CONFLITOS INTERCONTEXTUAIS DE PROCESSO: prevalência das normas processuais genéricas

EVANDRO GUEIROS LEITE*

Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Incivile est, nisi tota lege perspecta, una aliqua particula ejus proposita, judicare, vel respondere.

CELSO, Digesto, Liv. 1, tít. 3, frag. 24

ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo I Normas Processuais Cíveis	19
Capítulo II Código de Processo Civil	25
Capítulo III Leis Especiais	33
Capítulo IV Prevalência das Normas Processuais Genéricas.. ..	41
Capítulo V O Caso Especial da Lei de Falências	47
Capítulo VI Aplicação da Prevalência "in hypothesi"	55
Capítulo VII Reclamações Regimentais	71
Capítulo VIII Interpretação e Aplicação do Art. 1.049 do Código de Processo Civil	83
Capítulo IX Conclusão	89

Bibliografia	103
Legislação	105
Jurisprudência	107

INTRODUÇÃO

1. O Estudo da questão a que nos propusemos — prevalência das normas processuais civis genéricas sobre as normas processuais especiais e de organização judiciária — exige, como ponto de partida, a fixação preliminar de conceitos, a compreensão da natureza do direito processual e da lei processual, nas suas diversas gamas de intelecção, o que faremos perfunctòriamente, como conteúdo dos três primeiros capítulos deste trabalho, versando as **NORMAS PROCESSUAIS CIVIS**, o **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL** e as **LEIS ESPECIAIS**.

2. Sem pretender descer à profundidade da gnosiologia jurídica, há que distinguir, com efeito, preliminarmente, entre (a) normas processuais civis, entendidas como princípios jurídico-científicos, (b) Código de Processo Civil, considerado como o repositório dos princípios já condensados em contexto legislativo, e (c) leis especiais, que constituem texto ou contexto dos princípios específicos em relação a determinada matéria, para a qual o legislador quis atribuir uma forma de processo peculiar, distinta do processo comum ou genérico.

3. O Estudo da prevalência de um dos princípios contidos em qualquer das normas dessa tricotomia sobre o outro, supõe a existência de um conflito de leis, isto é, de um conflito entre contextos legislativos, capazes de levar à impossibilidade ou à perplexidade, quando não dirimidos, ou capazes de levar à arbitrariedade, quando resolvidos sem o apelo à fonte do sistema geral de direito, que inspira e disciplina tanto os contextos genéricos como os específicos. Assemelham-se, assim, tais

conflitos, aos chamados conflitos interestaciais e intertemporais do direito, isto é, aos problemas do direito internacional privado e aos problemas do direito transitório. Pois, assim como no direito interestacial o que se decide é a prevalência da regra de um estado soberano sobre a de outro estado soberano¹, e no direito intertemporal o que se resolve ou desata é, igualmente, um problema de prevalência, já agora através do fenômeno da incidência (diverso do fenômeno da aplicação da lei), para dizer-se qual a lei que incidiu, se a anterior ou a posterior, assim também nos conflitos que fazem objeto do presente estudo o que está em equação é a predominância da regra de determinado contexto sobre a de outro contexto diferente.

4. Podemos, assim, classificar os conflitos de que tratamos, para melhor caracterizá-los, sob a denominação de conflitos **intercontextuais**. É neologismo jurídico indispensável, se é possível falar em neologismo em matéria de ciência, tanto cada dia mais se tornam necessárias a invenção, a composição ou a adaptação de termos para jogar com os diversos dados da ciência, evitando os circunlóquios e as eufemias. Com efeito, na tese que tentamos defender, é sempre a regra de um contexto distinto que se opõe ou entra em conflito com a regra de outro contexto também distinto, ao contrário dos conflitos existentes num mesmo repositório de leis ou num mesmo Código, que melhor denominaríamos, estes, de conflitos **intertextuais**, porque existentes num mesmo contexto, quer se trate da oposição de um texto contra o próprio contexto em que aquele se contém — a saber, de uma norma

¹ Nos Estados Unidos, cujo sistema político federalista assimilamos desde a proclamação da República, a autonomia dos Estados-membros, por um exagero de entendimento do conceito de Federação, vai a ponto de dar, a cada província, competência exclusiva para legislar em matéria de direito substantivo como em matéria de direito formal, sendo comuns, por isso, os “conflicts of laws” de direito material de um Estado-membro em relação ao de outro Estado-membro, e não apenas, como entre nós, conflitos interestaciais de direito substantivo de um Estado soberano com Estado também soberano. Assim, existem lá os conflitos interestaciais *estaduais* e não apenas os conflitos interestaciais *estatais*, como entre nós. A matéria é objeto de uma considerável e multitudinária especulação, dentro de cada Estado-membro. (Cf. “Restatement of the Law of Conflict of Laws”, do “American Law Institute”, 1934, páginas 1 a 15, 108 a 179 e 198 a 725).

contra o sistema em que ela se inclui, ou em linguagem mais vulgar, de um artigo de lei contra a orientação geral da mesma lei — quer se trate da incompatibilidade de um texto contra outro texto do mesmo repositório.

5. Neste último caso, isto é, nas hipóteses de conflitos **intertextuais**, está em jogo sempre o problema de dirimir uma antinomia, aparente ou verdadeira. A problemática dos conflitos intertextuais é a problemática da prevalência ou predominância do verdadeiro sentido da **mens legis**, no seu sistema. Se o sistema diz não, e o texto episódico diz ou parece dizer sim, ou vice-versa, torna-se necessário verificar se o dizer sim ou o dizer não, no texto episódico, foi uma exceção que o legislador quis abrir à regra geral ou ao sistema que deflui do contexto, ou se foi mera impropriedade de redação, impropriedade ou mesmo erro, como na hipótese em que se usa a palavra vulgar em vez da palavra técnico-científica, sendo esta a que o legislador, na verdade, e à luz do sistema, quis empregar. E aí, porque não pode existir antinomia na lei — sendo isto um verdadeiro truísmo em matéria de hermenêutica — há que fazer a conciliação dos textos contraditórios, ajustando o texto ao contexto, o espírito à letra, naquela operação que o velho e sempre novo PAULA BAPTISTA tão bem chamava de “terapia jurídica”, pois o que o hermeneuta realiza é a medicina da lei, é a cura dos textos enfermos pela doença da impossibilidade ou da contradição, doença que um sistema, exatamente porque é sistema — e, portanto, conjunto de princípios coordenado e lógico — não pode manter.

6. Já nas hipóteses de conflitos **intercontextuais**, matéria do nosso estudo, não há que falar em antinomia, porque ela nunca se apresenta quando se trata de repositórios, compêndios ou elencos diferentes. A oposição de regra de um repositório contra regra de compêndio ou código diverso, caracteriza tão-somente um conflito ou oposição de princípios, que se resolve, em regra geral, pela predominância do específico sobre o genérico, ao contrário do que ocorre nos conflitos **intertextuais**. De fato, nos conflitos ou oposição de regras dentro de um

mesmo código, a antinomia, então existente, resolve-se pela lei da predominância do espírito sobre a letra, ou pelo que chamaríamos **lei da prevalência do sistema**. É o gênero, o corpo de doutrina, que subsume a espécie. Se esta, como parte, vai de encontro ao todo, desarticulando o corpo, sem poder ser interpretada como exceção expressa ou implícita — neste último caso, em matéria de processo, sempre para atender a uma exigência de ordem pública ou à necessidade de proteção aos incapazes — é o todo, é o corpo que prevalece contra a parte, pela predominância e pelo respeito ao sistema.

7. Dissemos que os conflitos **intercontextuais** se resolvem, **em regra geral**, pela predominância do específico sobre o genérico, sublinhando e enfatizando aquela cláusula adverbial de modo, precisamente porque há exceções a essa regra geral. O estudo que faz objeto desta dissertação é precisamente uma exceção ao princípio geral, fazendo prevalecer o genérico sobre o específico, pela natureza especial do caso, o que só fica bem explicitado se procedermos a uma classificação prévia necessária dos conflitos intercontextuais.

8. Assim, podemos, inicialmente, dividi-los em duas categorias principais:

a) conflitos intercontextuais **maiores**;

b) conflitos intercontextuais **menores**

Conflitos **maiores**, intercontextuais, são os de leis ordinárias com a Constituição, que é lei maior. Partindo da célula municipal, dentro da organização republicana que adotamos e da divisão de competências estabelecida na própria Constituição Federal, os conflitos maiores podem ser: 1) de lei ordinária municipal contra a Lei Orgânica, que é a constituição do município, contra a Constituição do Estado ou contra a Constituição Federal; 2) de lei ordinária estadual contra a Constituição do

próprio Estado ou contra a Lei Maior da União; 3) de lei ordinária federal contra a própria Carta Magna da federação.

Conflitos **menores**, intercontextuais, são os de leis ordinárias entre si, isto é, de lei ordinária contra lei ordinária, de regulamento contra a lei ou em extrapolação da lei, ou de regimento contra o regulamento ou em extrapolação do regulamento ou contra a própria lei — para nos fixarmos somente nas linhas de maior importância. Pois podem também denominar-se conflitos intercontextuais **menores** os que resultam da oposição de portarias, circulares, instruções ou deliberações normativas, a princípios de leis ordinárias ou dos regulamentos destas, os quais, sendo de menor importância no tratamento da problemática jurídica, são, entretanto, e infelizmente, os de maior frequência, pelo caráter desordenado e autoritário com que o Poder Executivo, no regime presidencialista, vai, cada dia que passa, exaurindo a sua quase-onipotência, quer na intervenção indevida em outras áreas estranhas à sua competência, como, especialmente, na usurpação de funções do próprio Poder Legislativo.

9. Sendo a Constituição o repositório do super-direito, e as leis ordinárias o elenco dos direitos, pareceria lógico dizer que o conflito intercontextual **maior** é sempre o conflito do direito com o super-direito. Mas assim não é, pela razão corriqueira de que direito não é, nem pode assim ser chamado, a norma ou lei que se opõe à regra maior ou viola o seu mandamento. A Constituição, como super-direito, é o continente a que se tem de ajustar, por cabimento necessário, todas as leis e, pois, o próprio direito, que não existe contra ela nem desajustado dela. Só pode ser seu conteúdo ou projeção dele. Saindo da sua moldura, ou não cabendo no seu quadro, a norma deixa de ser direito. Assim, só se pode falar em conflito intercontextual do superdireito com a lei, e jamais em conflito de superdireito com o direito, a não ser que se chame, também, superdireito, a lei ordinária que constitui estrutura ou modelo para outras leis ordinárias, acessórias ou projeções daquelas.

10. Estabelecida essa dicotomia principal de conflitos **maiores** e conflitos **menores**, intercontextuais, torna-se necessário, ainda, frisar que a solução de qualquer deles depende da verificação dos seguintes fatores, que podem ocorrer em relação às normas jurídicas em oposição:

a) ser o conflito apenas aparente (por dependência de interpretação ou de interpretação) ou ser verdadeiro, isto é, haver, realmente, oposição entre textos de dois ou mais contextos diferentes.

b) estarem em vigor as normas conflitantes, excluindo-se, assim, o problema de direito intertemporal;

c) serem válidas as normas conflitantes, de maneira a não se reduzir o problema, simplesmente, à legitimidade do texto, como nas hipóteses de extrapolação ou incompetência (segundo a tábua de hierarquia e privatividade contida no art. 5º, de supletividade ou suplementariedade referida no artigo 6º, e ainda de acordo com os arts. 7º a 32; 97, inciso II; 105; 106, parág. único; 117, parág. único; 123, § 2º; 124 — todos da Constituição Federal), de ineficácia por defeito formal (arts. 67 a 72), ou por desrespeito ao elenco dos direitos e garantias individuais (art. 141).

11. Feita essa verificação preliminar, que seria como a limpeza do campo onde o jurista ou, mais propriamente, o hermeneuta terá de trabalhar, e apurado que o conflito é

a) verdadeiro, e não aparente; que

b) as normas conflitantes estão em vigor; e, ainda, que

c) são ambas válidas e eficazes, só resta desatá-lo ou resolvê-lo, sempre dentro do princípio da **prevalência do sistema**, a não ser que seja clara, insofismável ou insusceptível de paralogismo, a **mens legis** que quis dar a uma das normas o caráter de exceção, isto é, que quis lhe dar cunho específico, fora do genérico.

Eis aí, pois, em linhas gerais, a sistemática do estudo dos conflitos intercontextuais, que constituem o teor da sua problemática, a desafiar, constantemente, na aplicação da lei, os juristas práticos ou teóricos, os advogados e os julgadores, e, sobretudo, a unidade de interpretação do direito, para a fixação de uma perfeita jurisprudência. Inclusive no profundo sentido que lhe dava o direito romano, ao definir: “Jurisprudencia est divinarum atque humanarum rerum notitia, justī atque injustī scientia” (JUSTINIANO, Institutas, Liv. I, Tit. I, Par. 1 — “De Justitia et Jure”).

12. Posta, em linhas gerais, a sistemática do estudo, voltemos à observação do nosso ponto de partida (Parágrafo 2, supra), de que é necessário versar o assunto partindo das NORMAS PROCESSUAIS CIVIS, entendidas como princípios jurídico-científicos, passando pelo CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, considerado como o repositório dos princípios já condensados em contexto legislativo, e tomando em conta, afinal, as leis especiais, que constituem texto ou contexto dos princípios específicos em relação a determinada matéria.

I NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

13. O Direito Processual Civil, como conjunto dos princípios jurídicos que regulam o processo, é a parte especial do direito-ciência que disciplina a atividade jurisdicional do Estado — isto é, a obrigação do Estado de outorgar justiça — para a aplicação das normas substantivas ou de direito material.

Além de regular a atividade jurisdicional do Estado, o Direito Processual Civil regula, igualmente, a atividade jurisdicional privada — como nos casos de compromisso ou juízo arbitral — e a própria atividade das partes privadas no processo público, estabelecendo-lhes normas de capacidade, de representação, de oportunidade e de legitimação, entre outras.

Por conseguinte, a norma processual civil, como princípio de direito adjetivo, assemelha-se aos princípios de direito substantivo, por conter uma **regra** de conduta e um **mandamento**, mas diferencia-se destes por constituir **meio** e **garantia** de cumprimento ou execução dos direitos subjetivos materiais. Enquanto o processo é **forma**, e por isso é adjeto ao principal, que é o direito substantivo, este é **matéria**, e como matéria é **conteúdo** da atividade jurisdicional ou processual, pois a jurisdição tem por finalidade precisamente assegurar a realização ou execução do **conteúdo**. Assim, o direito processual civil é **continente**. Enche-se com a dinâmica do direito substantivo, a que visa garantir.

Por isso procede a observação de HUGO AL-SINA de que as normas processuais (referindo-se às já codificadas) são regras que traduzem um estado de consciência coletivo, a que deve ajustar-se a conduta humana, regras que não foram editadas em caráter persuasivo ou doutrinário, mas impostas imperativamente como **ordens** a ser cumpridas, ainda que contra a vontade dos cidadãos, tanto que devem conter, também, a **garantia** da sua eficácia (HUGO ALSINA, “Tratado Teórico e Práctico de Derecho Civil y Comercial”, 1941, Tomo I, pág. 37).

14. O Direito Processual Civil é, pois, de todos os ramos do direito, o que menos opera pelos princípios científicos. Ele se alimenta e se inspira nesses princípios, mas só opera ou impera através da norma escrita, ao contrário dos outros ramos, inclusive o próprio Direito Penal substantivo, que opera também por coerção ética ou por exortação.

As normas de direito processual civil são, precisamente por essa característica, normas de direito público, além da razão dada por CHIOVENDA de que “são normas de direito público porque regulam uma atividade pública” (GIUSEPPE CHIOVENDA, “Instituições de Direito Processual Civil”, Vol. I, tradução da 2ª ed. por J. GUIMARÃES MENEGALE, com anotações de TULLIO LIEBMAN, página 119).

É bem verdade que o próprio CHIOVENDA acentua, em seguida, que “se a atuação da lei é, em si, função do Estado, ao qual interessam sumamente o modo e os efeitos de seu exercício, e a correspondência da própria atividade ao seu escopo, não é menos certo que no andamento do processo e em seu resultado no caso concreto estão **principalmente interessadas as partes**, que aspiram, através da atuação da lei, a um bem da vida” (CHIOVENDA, op. cit., **ibidem**). Encarece-se, assim, o caráter privado do interesse das partes, em consonância com o caráter público do **dever** de jurisdição do Estado.

A propósito, procura demonstrar JOSÉ FREDERICO MARQUES que, embora os sujeitos privados intervenham no processo e nele exercitem direitos subjetivos (que as leis processuais lhes reconhecem), tais direitos são, também, de índole pública, porque são direitos públicos subjetivos. E exemplifica, apontando a existência de um **direito de ação**, de um **direito de exceção** e de um **direito recursal**, porque neles se consubstanciam relações jurídicas em que figura, num dos pólos, o próprio Estado, como pessoa soberana (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, “Instituições de Direito Processual Civil”, 1ª ed., Vol. I, págs. 49-50). Mas é preciso não deixar de atentar para o fato de que, abduzido do direito público subjetivo meramente processual (ação, exceção, recurso), as partes têm quase sempre um direito subjetivo privado, e é este, precisamente, o que, em regra, procuram tornar efetivo através do processo. Logo, não se pode generalizar a afirmativa de que os direitos individuais em jogo no processo são sempre de índole pública, ou são sempre direitos públicos subjetivos. Quando estão **sub judice** os direitos de cidadão (“civil rights”, na terminologia constitucional norte-americana), como os que se inscrevem no elenco das garantias individuais (art. 141, da Constituição), não há dúvida que o conteúdo da ação, o **jus persequendi in judicio**, é direito público subjetivo. Mas numa grande parte dos casos que são levados à jurisdição estatal, através do

procedimento público — senão, talvez, na sua maioria — o que está em jogo, o que pretendem as partes é a vindicação de um direito privado.

PONTES DE MIRANDA, criticando, em parte, por insatisfatória — no seu entender — a concepção da natureza do processo do eminente ADOLF WACH, segundo o qual o que caracteriza a sua natureza é a linha discriminativa, no processo civil, quanto à esfera do poder público e à esfera dos particulares que exigem o que lhes toca, e adotando a orientação de FRANZ KLEIN, aponta no processo civil uma norma do poder público para a proteção dos interesses da coletividade e dos bens jurídicos dos indivíduos, acrescentando que o Estado passou a **dever justiça** desde o momento em que se tornou o **monopolizador** dela (PONTES DE MIRANDA, “Comentários ao Código de Processo Civil”, 2ª edição, Tomo I, pág. 61). Mas, na verdade, esse monopólio não existe em termos absolutos, porque o juízo arbitral, como forma contratual de atribuir a uma jurisdição privada a decisão do processo, tira à jurisdição estatal o caráter exclusivo.

15. Os princípios de direito processual que inspiram as normas codificadas, precisamente porque têm por objetivo regular o processo público (de que o processo privado, com o juízo arbitral, é verdadeira exceção, tão pouco freqüentemente é utilizado entre nós) são princípios de ordem pública. Entendem com a proteção dos direitos propriamente adjetivos (ação, exceção, recurso) e com os termos em que estes se projetam no processo, e por isso as normas codificadas, os princípios que se tornaram em lei escrita são, em regra, **jus cogens**. O que equivale a dizer que as normas processuais são ao mesmo tempo coagentes e cogentes, dando-se-lhes, em princípio, caráter obrigatório.

Essa é a regra, embora se admita, também, hajam normas processuais de natureza dispositiva, que não coagem nem restringem a vontade dos particulares, e sim lhes cede o lugar para a devida atuação, cooperando, deste modo, com a sua realização plena (cf. FRANCESCO

CARRARA, "Tratatto di Diritto Civile", vol. I, pág. 119, **apud** JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., Vol. I, pág. 51).

CHIOVENDA, escrevendo a propósito, diz que

as normas processuais nem sempre são absolutas ou cogentes, mas eventualmente dispositivas, seja porque, por vezes, a lei pode ter em vista o interesse individual, como no caso em que a derrogação de tais normas se afigure, como a renúncia a um benefício, seja porque a lei pode, outras vezes, ter em conta o conhecimento pelas partes das circunstâncias concretas da lide para deixá-las regular alguns pontos da relação processual.

E conclui:

Não existe, pois, um processo convencional, quer dizer, ao juiz e às partes não é permitido governar arbitrariamente o processo; mas em certos casos é livre às partes desatenderem a uma norma processual, já por acordo expresso ou tácito, já deixando de assinalar-lhe a inobservância. Se as partes gozam ou não dessa liberdade, deve ressaltar nos termos expressos da lei ou do escopo da norma determinada. Na dúvida, as normas processuais devem reputar-se cogentes (GIUSEPPE CHIOVENDA, op. cit., pág. 119).

As exceções são as normas que não contenham, ínsitas, uma razão de ordem pública, tornando-se dispositivas pela vontade das partes, e as normas que permitem (a) a suspensão da instância, (b) a terminação do feito pela transação e (c) a arbitragem, estes três últimos constituindo exemplos típicos de **normatividade** pela vontade das partes.

II CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

16. Partindo dos princípios processuais civis como normas jurídico-científicas, chegamos à **lei**, como regra jurídica **genérica, geral** ou **comum**, na definição que lexicograficamente se lhe atribui (cf. ANTÔNIO MORAES SILVA, "Dicionário da Língua Portuguesa", Tomo 2º, edição de 1813, página 85; CALDAS AULETE, "Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa", 2ª edição atualizada, 1º Vol., pág. 1139;

CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, 4ª edição, Vol. I, pág. 954).

Para que o direito-ciência se torne **lei** é indispensável que esta seja editada pelo Estado, ao contrário da lei no sentido filosófico — relação constante e necessária entre fenômenos, como em ciência econômica a lei da oferta e da procura e em ciência física a lei da gravidade — e então ela se torna **mandamento**, em cada um dos seus textos ou no conjunto das suas prescrições. **Lei**, pois, neste sentido amplo, é regra, norma, ordenança ou ordenação (também com a acepção de ordenamento) é estatuto, regulamento, regimento, diploma, rescrito, édito, nomo ou cânon.

Mas é também, por uma figura de metonímia e por extensão, o conjunto de normas ou de leis. Assim, chama-se lei de falências ou lei do inquilinato, por exemplo, o elenco das diversas regras ou leis (textos) que disciplinam a falência ou a relação **ex locato** (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934 e suas modificações posteriores). Ao contexto todo se dá o nome de lei, com ela se querendo significar o repositório, a coleção, o repertório, a compilação, o digesto, o código, enfim. Pois código, na verdade, é todo conjunto de leis.

17. A lei é o supernome genérico. Foi assim desde a primeira que se conhece, a dos Dez Mandamentos, de Moisés (Bíblia, Livro de Êxodo, Capítulo 20, Versículos 3 a 17), misto de regras religiosas, éticas e civis, sob a sanção penal do castigo eterno. Cada mandamento é uma lei, é um texto, no corpo da lei maior, que é o Código. Mas como supernome genérico o que a lei significa é o próprio Direito². As leis, isto é, as regras

² Daí porque, na língua inglesa, a palavra “law”, que se traduz também por lei, significa comumente Direito. Ninguém diz “the Right”, para aludir ao direito como ciência, mas “the Law”. Para definir a lei ou a regra legal escrita, usa-se a palavra “act” ou “statute”. “Right” é palavra empregada, mais geralmente, no sentido de justo, acertado ou correto, ou só excepcionalmente para designar algum ou alguns direitos, como nas expressões seguintes: “I have the right to do so” — tenho o direito de agir assim; “The civil rights”

— ou, trocando em miúdo, os artigos, parágrafos, incisos e versículos — são partes de um corpo que compõem determinado código. E o conjunto dos códigos, assim como o corpo total da doutrina, quer pelos princípios jurídico-científicos, quer pelas normas compendiadas em repositórios, é que se chama o Direito. Temos, assim, o Direito Processual, como ciência jurídica do processo, e o Código de Processo Civil, conjunto das normas editadas pelo poder público como regras, em função daquela ciência e em função da realidade social.

A lei, como norma escrita, não é, pois, senão o repositório de “todos os atos de uma autoridade social, regularmente constituída e competente para editar **regras jurídicas gerais**, sob a forma de **injunções obrigatórias**, no correto entender de GÉNY:

Je rapelle seulement que je prends ici l’expression loi écrite dans son sens le plus large, comme désignant tous les actes d’une autorité sociale, régulièrement constituée et compétente pour édicter des règles juridiques **générales** en forme **d’injonctions obligatoires**, qui, suivant l’autorité dont elles émanent, porteront, plus précisément, le nom de **lois proprement dites**, décrets ou arrêts réglementaires” (FRANÇOIS GÉNY, “Méthode d’Interpretation et Sources en Droit Privé Positif”, 2^a edição, Volume I, pág. 248; cf. AUBRY et RAU, “Cours de Droit Civil Français”, par. 5, t. I, 1897, p. 10-17; BEUDANT, “Cours de Droit Civil Français”, Introduction, 1896, ns. 31-53, pg. 35-61; **apud** F. GÉNY).

É neste sentido que a lei é o Código, “conjunto sistematizado das normas jurídicas relativas a um determinado ramo do direito, contidas numa única lei formal, e constituindo um todo orgânico”, conforme definição calcada na lição de ANTÔNIO AZARA:

— os direitos do cidadão. “Right” é, por conseguinte, muito mais a *facultas agendi* do que a *norma agendi*. Esta é sempre designada como “Law”. Aliás, “right” é tão comumente utilizado para designar acertado, justo, ou em ordem (como no clássico “all right”), que na linguagem mais cuidada, quando se quer fazer referência a direito propriamente dito, como emanção da lei, se acrescenta o adjetivo “legal” (“legal rights”), num pleonasmo que, por anglicismo, já contagia as camadas menos cultas da nossa população, as quais empregam, vez por outra, a hipérbole “direitos legais”. Assim, “Law”, em inglês, é o próprio Direito: “Common Law”, “Law of the Land”, “Roman Law”, “International Law”, “Constitutional Law”.

una raccolta, un corpo di leggi, che contiene tutte o la maggior parte delle norme giuridiche, le quale disciplinano una determinada materia, e che sono nel codice sistematicamente disposte in un tutto organico in modo che ne sia piú agevole la ricerca e piú facile la interpretazione (ANTONIO AZARA, "Digesto Italiano", apud J. L. PINTO GUIMARÃES, in "Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro", vol. IX, pág. 255).

Entre nós a lei processual (lei básica) é o Código de Processo Civil, principal fonte formal da norma processual civil, na qualidade de fonte legislativa ordinária, ao lado da Constituição Federal, primeira das fontes, como sobredireito que é, e, por isto, no dizer de JOSÉ FREDERICO MARQUES, a "tête de chapitre" de todos os ramos do Direito (JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., pág. 64).

18. A revolução de 1930, alterando a ordem política do País, derogou o art. 34, nº 22, da Constituição de 1891 e deu início às reformas no Direito Processual brasileiro. Com a posterior Constituição de 1934, devolveu-se à União a sua competência privativa para legislar sobre processo (art. 5º, XIX, a) e autorizou-se no art. 11 das Disposições Transitórias a nomeação de comissão para elaborar os projetos dos Códigos de Processo Civil e Penal.

Mas só em 1937 é que, graças ao eminente Prof. FRANCISCO CAMPOS, então Ministro da Justiça, foi possível a elaboração do projeto do Código de Processo Civil, da lavra do saudoso PEDRO BAPTISTA MARTINS, relator e um dos membros da comissão integrada pelos Desembargadores EDGAR COSTA e GOULART DE OLIVEIRA e pelos advogados ÁLVARO MENDES PIMENTEL e MÚCIO CONTINENTINO. O projeto primitivo foi publicado no "Diário Oficial" da União, de 4 de fevereiro de 1939, para receber sugestões, do que resultou nova revisão, então feita pelo autor do mesmo projeto, pelo Prof. FRANCISCO CAMPOS e pelo douto Prof. GUILHERME ESTELITA, ao tempo Juiz de Direito do Distrito Federal. Dessa revisão surgiu o Código atual, promulgado pelo Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, que entraria em vigor a 1 de janeiro de 1940,

data prorrogada para 1 de março do mesmo ano (Decreto-lei nº 1.965, de 16 de janeiro de 1940).

Com a vigência do novo diploma legal, efetivava-se a esperada **unificação** da lei processual civil. Ficara para trás o sistema **pluralista**, e com a atual Constituição de 18 de setembro de 1946, eliminou-se, ainda, o que dispunham as Cartas de 1934 e de 1937, sobre a competência dos Estados para legislar **supletivamente** em matéria processual.

Na esteira dos acontecimentos que antecederam à promulgação do nosso Código de Processo Civil, não se poderia deixar, contudo, de render homenagem aos que se constituíram precursores da idéia **unitarista**. RUY BARBOSA, precisamente para condenar a **pluralidade** das leis processuais acentuava, no seu tempo, que “os males da variedade na jurisprudência se vão tornando inoportáveis”. E concluía:

Os mesmos preceitos legislativos passam em 21 judicaturas autônomas, por outras tantas aplicações dissidentes, degenerando a jurisprudência num aglomerado caótico de antagonismos irreduzíveis, por falta de uma autoridade comum que os elimine (RUY BARBOSA, “Comentários à Constituição Federal Brasileira”, ed. 1933, vol. II, página 402).

JOÃO MONTEIRO, AMARO CAVALCANTI e MEIRA SÁ, no Congresso Jurídico Americano, nos idos de 1900, batiam-se pela instituição da unidade do **Direito Formal**, sob o fundamento de que “admitido o princípio da unidade do direito privado, não era justificável o sistema da diversidade do processo. Não tinha assento em boa teoria e era, verificadamente, prejudicial na prática do direito” (DE PLÁCIDO E SILVA, “Comentários ao Código de Processo Civil”, Vol. I, 4ª ed., pág. 20).

Não calculava o mestre RUY, todavia, que a jurisprudência processual como um “aglomerado caótico de antagonismos irreduzíveis” não era apenas fruto da “falta de uma autoridade (legislativa) comum que os elimine” — que passou a existir hoje, no regime **unitário** da lei federal

— mas o resultado dos próprios defeitos do entendimento humano, nas decisões colegiais (cada cabeça, cada sentença), onde as maiorias ocasionais, as influências de circunstância ou a falta de exame detido dos casos, pelo “backlog” com que se atulham de processos, hoje, os nossos tribunais, têm feito da jurisprudência uma corrida de lanchinha e dos repertórios de julgados um desafio de quebra-cabeças, sem a iteração e a uniformidade que tanto se esperou como resultado da política legislativa **unitária** em matéria de processo.

III LEIS ESPECIAIS

19. Além do código geral, que compendia as normas genéricas do processo, como fonte principal do Direito Processual Civil, outros códigos existem, códigos específicos, que, como fontes especiais daquele mesmo direito, chamam-se no plano da legislação ordinária, leis extravagantes, complementares ou modificativas do Código.

São as leis **especiais**, que regulam particularmente determinada matéria, a que se quis dar uma disciplina peculiar, quer por se tratar de situação nova ou diferente da situação geral — permanente ou temporariamente — quer por precisar o legislador de fugir ao sistema geral com um objetivo de rapidez, de proteção deliberada ou de estabelecer prioridade ou preferência, constituindo, em qualquer das hipóteses, regime excepcional.

Mas, fora das exceções que explicitamente editar, as leis especiais vigentes em concomitância com a lei geral, não revogam nem modificam os princípios genéricos desta, que persistem e subsistem com ela (argumento do art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil).

Veremos, mais adiante, que é precisamente esta a tese que defendemos, nos conflitos intercontextuais de processo, isto é, defendemos a **lei da prevalência do sistema**, empregada a palavra lei,

neste caso, no sentido epistemológico já antes referido, de **relação constante e necessária**.

Por isso, porque as leis especiais devem conviver pacificamente com a lei geral, sem revogá-la, mas apenas derogando-a **ad hoc, in hypothesis**, é que elas são chamadas extravagantes; porque **extravagam**, no conceito lexicográfico deste verbo, a saber — saem da ordem geral, saem da coleção, sem, contudo, destruí-la.

Daí dizer, com muita propriedade, PONTES DE MIRANDA, que “o conceito de lei especial não se tira da sua **separação formal**, e sim da sua **especialidade substancial**” (PONTES DE MIRANDA, op. cit., Tomo I, pág. 69).

20. As leis de processo, como leis extravagantes, cuidam sempre de situações singulares. Assim, ou são complementares do Código, sanando omissões ou preenchendo espaços em branco da lei geral, ou são modificativas desta, para atender a situações especiais com uma disciplina também especial ou peculiar.

Mas, fora das omissões ou dos espaços em branco preenchidos, como fora das normas especiais editadas para situações singulares, toda a disciplina geral do Código, toda a sua sistemática incide sobre os processos especiais com o mesmo vigor e a mesma generalidade.

A especialidade de certas leis trouxe, por isso, com o advento do Código de Processo Civil unitário, indagações sobre a permanência ou vigência delas, constituindo problema de direito intertemporal de fácil solução. PONTES DE MIRANDA acentuou-o com estas considerações:

O Código de Processo Civil supõe, ainda em matéria de regras sobre processo civil e comercial, a existência de outras leis. Não se trata de leis que o Código não tivesse força para revogar; nem de leis posteriores que o derroguem ou completem. Mas de leis especiais, que, por sua especialidade, permanecerão não-revogadas, não foram

derrogadas por ele, ou só o foram em parte. Exemplo: o Decreto-lei nº 960, de 17 de novembro de 1938, sobre cobrança da dívida pública da União em todo o território nacional (PONTES DE MIRANDA, op. cit., ibidem).

Restringe-se a observação do mestre, como é óbvio, às leis especiais anteriores à edição do nosso Código de Processo Civil, às quais se aplica o princípio de direito transitório que se contém no § 2º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil (“a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”) e, também, **a contrário sensu**, a regra do § 1º do mesmo artigo, assim concebida: “a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”.

21. Eis as principais leis especiais de processo que, por aplicação dos preceitos de direito intertemporal, permaneceram não revogadas pelo Código de Processo Civil, quando entrou em vigor:

1) Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, arts. 30 e seguintes, que regula o processo para a anulação de cambiais;

2) Decreto nº 23.125, de 21 de agosto de 1933, que dispõe sobre a penhora em bens comumente impenhoráveis, resultante da execução de multas por infração da Lei do Serviço Militar;

3) Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937, que dispõe sobre o processo de excussão do penhor rural;

4) Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que tem parte de processo;

5) Decreto-lei nº 710, de 17 de setembro de 1938, que reorganizou a Diretoria do Patrimônio da União e dispõe, no art. 13, sobre a retomada dos imóveis da União locados a título precário;

6) Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida pública (já com alterações posteriores, art. 3º do Decreto-lei nº 5.455, de 3 de maio de 1943 e Decreto-lei nº 1.052, de 17 de janeiro de 1939);

7) Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939 (lei de Registos Públicos), que no seu art. 220 determinou poderem as **leis locais** estabelecer recursos para as decisões sobre dúvidas levantadas pelo oficial do Registo de Imóveis;

8) Lei reguladora dos acidentes no trabalho, hoje substituída pelo Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944;

9) Lei de Falências, que regula o processo falimentar (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945);

10) Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, no tocante às naturalizações.

22. Além dessas, são, ainda, leis especiais de processo as que foram promulgadas depois da entrada em vigor do Código, a saber:

11) Decreto-lei nº 2.253, de 30 de maio de 1940 (altera o art. 833 do Código de Processo Civil, no tocante aos embargos de nulidade e infringentes do julgado);

12) Decreto-lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941 (dispõe sobre o seqüestro resultante de crime, alterando o processo cautelar);

13) Decreto-lei nº 4.565, de 11 de agosto de 1942 (altera vários artigos do Código de Processo Civil);

14) Decreto-lei nº 6.777, de 8 de agosto de 1944 (Sub-rogação — altera o art. 629 do Código de Processo Civil);

15) Decreto-lei nº 6.790, de 15 de agosto de 1944 (dispõe sobre a aplicação do art. 166, § 2º, do Código de Processo Civil);

16) Decreto-lei nº 7.659, de 21 de junho de 1945 (estende a aplicação do art. 32 aos representantes das autarquias);

17) Decreto-lei nº 8.570, de 8 de janeiro de 1946 (dá nova redação a dispositivos do Código de Processo Civil);

18) Decreto-lei nº 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (trata dos depósitos judiciais);

19) Lei nº 70, de 20 de agosto de 1947 (altera o art. 798, nº II);

20) Lei nº 94, de 16 de setembro de 1947 (provê sobre a requisição judicial de processos administrativos);

21) Lei nº 623, de 19 de fevereiro de 1949 (acrescenta parágrafo ao art. 833);

22) Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949 (estabelece a fase de conciliação preliminar nas ações de desquite litigioso e alimentos);

23) Lei nº 1.060, de 5 de março de 1950 (dispõe sobre a justiça gratuita);

24) Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951 (prorroga prazos judiciais);

25) Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951 (Mandado de Segurança);

26) Lei nº 1.661, de 19 de agosto de 1952 (dispõe sobre o julgamento de revistas e ações rescisórias);

27) Lei nº 1.990, de 25 de setembro de 1953 (modifica o art. 140 do Código de Processo Civil);

28) Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956 (suprime a medida liminar e altera os arts. 909 e 913 do Código de Processo Civil);

29) Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956 (dispõe sobre as ações discriminatórias — altera o art. 830, inciso I, do Código de Processo Civil);

30) Lei nº 3.396, de 2 de junho de 1958 (Recurso Extraordinário — altera os arts. 864 e 865 do Código de Processo Civil).

23. Esse levantamento da legislação extravagante do Código de Processo Civil, se bem que não tenha a pretensão de haver reunido todas as leis especiais, importa em modesta contribuição ao exame comparativo da matéria, indispensável, de um modo geral, aos que a estudam.

Ao presente trabalho interessam, primordialmente, as leis especiais complementares, a que genericamente se reporta o art. 1º do Código de Processo Civil.

IV PREVALÊNCIA DAS NORMAS PROCESSUAIS GENÉRICAS

24. Verificamos que o direito processual civil brasileiro se compendia em normas processuais genéricas, gerais ou comuns, codificadas em repertório principal, e normas processuais especiais, codificadas em contextos acessórios distintos, complementares ou modificativos do Código de Processo Civil.

Essa diversificação está justificada por FRANCISCO CAMPOS na magnífica Exposição de Motivos com que fez acompanhar o projeto definitivo à sanção governamental, mediante a declaração apropriada e exemplificativa de que os interesses do Estado nos executivos fiscais e nas desapropriações e o entrelaçamento das normas de direito material com

as de direito formal, nas falências e acidentes no trabalho, as contingências de natureza econômica e administrativa a que devem atender uns e outros, aconselharam a não codificação de tais processos no repositório genérico (FRANCISCO CAMPOS, “Exposição de Motivos”, in “Diário Oficial” da União, de 23 de julho de 1941).

Não há, por conseguinte, nessa pluralidade de contextos, quebra do princípio unitário do direito processual civil brasileiro, porque tais normas — codificadas no principal ou codificadas no acessório — se completam no plano de aplicação das leis de cunho material, sendo **unas** em face do Estado Federal, não havendo dúvida, também, no tocante à supremacia ou predominância do Código, que sobre todas elas prevalece (e nas leis complementares **a fortiori**) subsidiariamente.

PONTES DE MIRANDA fixa bem esse aspecto inelutável da pluralidade de contextos, quando diz inevitável a existência de regras jurídicas e leis especiais, porque não se poderia estar a pôr em dia, incessantemente, o Código. E acrescenta que não se deve pensar que, com o fato de haver processo especial, perca o Código a sua importância como lei, porque os seus princípios enchem, com o processo especial, **todo o espaço** (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., Tomo I, 2ª ed., pág. 72).

25. A afirmação procede, mesmo à vista da ressalva técnica do art. 1º, parte final, do Código, onde se lê que, embora o processo civil e comercial se reja em todo o território nacional por esse Código, excluem-se os feitos por ele não regulados, que são objeto de leis especiais.

Ora, não pretendeu o legislador pátrio criar, com essa ressalva, compartimentos estanques.

Se bem que contenham as leis especiais as suas próprias normas de processo, não poderão dispensar, quando for o caso, a atuação

subsidiária do Código de Processo Civil, partindo-se, para essa afirmativa, do pressuposto lógico de que não há **super-leis**, isto é, leis humanas **infalíveis**; e do pressuposto jurídico-constitucional de que, dentro da tábua de competência da União para legislar privativamente em matéria de direito processual civil (art. 5º, XV, letra **a**, da Constituição Federal), somente a lei federal pode ser subsidiária de outra lei federal.

PEDRO BAPTISTA MARTINS, com oportunidade, escreve que “a Constituição impõe a unidade do direito processual e as leis de âmbito local **não podem suprir** a lei unitária que é o Código de Processo Civil” (cf. “Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais”, 1957, pág. 156).

E no caso a recíproca é verdadeira, pois que as leis especiais de processo, dentro desse princípio unitário, terão as suas falhas e omissões supridas única e exclusivamente através do Código de Processo Civil.

DE PLÁCIDO E SILVA ensina, por sua vez, que “se a lei especial — que regula o feito ou prescreve rito apropriado para determinada ação, que escape à alçada do Código de Processo — **tiver omitido regra** para a feitura de determinado ato, que ali se permita praticar, sem dúvida que, **subsidiariamente**, se poderá ir buscar norma do Código Processual, para que o ato se processe, por analogia, dentro do rito especial que lhe traçou a lei própria, pelas disposições consignadas no Código” (cf. “Comentários ao Código de Processo Civil”, Vol. I, 4ª ed., pág. 23).

No Código de Processo Civil — acentua ele — há regras que são **gerais** e que por isso, não havendo princípio especial próprio, podem servir de norma aos casos omissos em leis reguladoras de feitos não atendidos por ele. E se há omissão no próprio Código, e não há lei especial que o regule, a regra é a do art. 291: terá o rito ordinário. “Aí — conclui o comentarista — é o próprio Código que estabelece a sua



autoridade para regular a matéria processual” (cf. op. cit., vol. 1, pág. 23).

ANTÔNIO PEREIRA BRAGA é da mesma opinião. Esclarece, com muita oportunidade, falando do art. 1º,

que não são todas as normas do processo deste Código que devem deixar de ser aplicadas quando houver preceitos adjetivos noutras leis especiais, mas sim apenas as normas de procedimento, pois muitas das suas disposições gerais devem ter aplicação geral (cf. “Exegese do Código de Processo Civil”, vol. II, pág. 8).

EDUARDO J. COUTURE adverte, do mesmo passo, que os casos não previstos na lei processual devem ser resolvidos **em função dos princípios inerentes ao seu sistema** (cf. “Interpretação das Leis Processuais”, trad. de GILDA RUSSOMANO, 1956, página 57).

As próprias leis especiais proclamam essa **prevalência** (cf. Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, art. 76; Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941, arts. 13, 15 e 42; Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956, art. 11).

E a jurisprudência, cujos arestos moldam, ou devem moldar, o Direito Processual, adota essa orientação (Certos, (a) acórdão da 4ª Câmara Cível do antigo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de 17 de setembro de 1957, em agravo nº 9.148, Relator Des. ROBERTO MEDEIROS, **in** “O Processo à Luz da Jurisprudência”, vol. XXII, pág. 21; (b) acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, de 8 de setembro de 1942, Relator Ministro OROZIMBO NONATO, **in** “Arquivo Judiciário”, volume 65, pág. 204; (c) acórdão unânime da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, de 20 de maio de 1947, no Recurso Extraordinário nº 5.780, Relator Ministro JOSÉ LINHARES, **in** “Revista Forense”, vol. 115, pág. 430; (d) Sentença do Juiz B. A. de ANDRÉ, de 2 de outubro de 1948, confirmada por acórdão unânime da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, de 30 de novembro de 1948, no agravo nº 40.822,

Relator Des. LEME DA SILVA, in "Revista dos Tribunais", volume 178, pág. 901).

V O CASO ESPECIAL DA LEI DE FALÊNCIAS

26. Tomemos, para demonstração da **prevalência** das normas gerais do processo civil e comercial sobre as leis especiais, o exemplo do instituto da falência, que é regulado por lei própria (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945) e que contém, em si, regras de fundo e de forma, estas predominantemente, destinadas a tutelar não só o interesse privado, mas também o interesse público, ambos em íntima conexão.

As normas de natureza formal organizam o **processo** na falência, que é processo de execução coletiva, e fazem parte do direito processual unitário (cf. TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE, "Comentários à Lei de Falências", Introdução, Vol. I, página 13).

Em geral, a lei de falências não traça uma perfeita separação entre a parte material e a parte formal do instituto. As regras de fundo andam disseminadas no corpo da legislação em indiscutível entrelaçamento com as regras de forma, com exceção, porém, na parte relativa a **recursos**, onde há indiscutível delimitação de áreas.

27. Assim é, por exemplo, que o legislador falencial prevê o **agravo de instrumento**:

- a) contra a sentença declaratória da falência (artigo 17);
- b) contra o provimento que fixar ou retificar o termo legal da falência (art. 22, parág. único);
- c) contra o despacho que decretar a prisão do falido (art. 35, parág. único);

d) contra o despacho que ordenar o seqüestro em ação revocatória (art. 56, § 4º);

e) contra decisão em reclamação sobre a nomeação do síndico (art. 60, § 4º);

f) contra o despacho que arbitrar a remuneração do síndico (art. 67, § 5º);

g) contra a decisão que homologar a deliberação dos credores quanto à liquidação do ativo (artigo 123, § 4º);

h) contra a sentença que decreta a falência no curso da concordata preventiva (art. 162, § 2º);

i) contra o despacho que arbitra a remuneração do comissário (art. 170, § 2º);

j) contra sentença de julgamento de crédito nas falências de pequeno valor e de processamento sumário (art. 200, § 2º).

E prevê, também, o **agravo de petição**:

a) contra as decisões proferidas nos embargos do art. 18 (art. 18, § 3º);

b) contra a sentença que não declara a quebra (artigo 19);

c) contra a sentença que julga as contas do síndico (art. 69, § 4º);

d) contra a sentença que julga o pedido de restituição (art. 77, § 4º);

e) contra a sentença que julga os embargos de terceiro (art. 79, § 2º).

São recursos **típicos** do Código de Processo Civil, dos quais a lei especial se **utilizou**, não os criando, porque já existiam, mas apenas regulamentando-os quanto ao seu cabimento, isto é, acrescentando outros casos aos já indicados no art. 842, incisos I a XVII, e alargando a área de aplicação do art. 846, mas dentro do espírito da norma genérica (**caput** do art. 842).

Fez mais o legislador falencial. Adotou, também, o **processo** dos agravos de petição e de instrumento, que será sempre o **genérico**, o **comum**, dos artigos 841 e seguintes do Código de Processo Civil.

28. Essa prevalência também se dá quanto à aplicação subsidiária ou supletiva das normas do Código de Processo Civil aos processos de quebra, toda vez que a lei de falências é omissa, principalmente no tocante a recursos, em casos adequados.

Segundo JOSÉ FREDERICO MARQUES, alguns autores acham que não. Alegam que, sendo assim, o quadro dos recursos previstos em cada uma das leis especiais seria ampliado mediante essa aplicação complementar ou supletiva do Código de Processo Civil (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. IV, pág. 12).

Essa objeção não procede, porque as leis especiais admitem, nos seus próprios textos, a ingerência subsidiária do Código, sem que isso implique na ampliação dos seus quadros processuais, apenas significando procedimento cautelar do legislador para um possível preenchimento de suas falhas. Se às leis especiais é dado ampliar ou modificar os quadros recursais do Código, acrescentando-lhes novos casos, também a este não poderia ser defeso aplicar-se subsidiariamente a essas mesmas leis, desde que fracassem, por omissão, na cobertura processual das missões a que se destinam.

A entender-se por esse prisma a supletividade da lei processual ordinária genérica, atentar-se-ia contra o princípio também

geral e **absoluto** (porque de ordem pública) da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, citado), art. 4º, segundo o qual, “quando a lei **for omissa**, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os **princípios gerais de direito**”, o que o legislador processual não descuro de reproduzir no art. 113 do Código de Processo Civil, **in verbis**: “o juiz não poderá, sob pretexto de lacuna ou obscuridade da lei, eximir-se de proferir despachos ou sentenças” (v., também, o artigo 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, no mesmo sentido).

Ora, se o juiz não pode deixar de decidir sob o pretexto de omissão, obscuridade ou lacuna da lei, tampouco poderão os tribunais deixar de acolher recursos quando interpostos de decisões que as leis **especiais** teriam deixado irrecorríveis, desde que tais recursos se encontrem enumerados no Código e tenham adequação própria à espécie.

29. Argumentar de maneira diversa é desconhecer o sistema ou pretender subvertê-lo, impondo à parte (ou mesmo àquele que não é parte, mas que foi prejudicado pela decisão — argumento do artigo 815 do Código de Processo Civil), uma submissão impiedosa e mesmo tirânica às decisões, muitas vezes **lesivas**, contra as quais, de modo amplíssimo e indiscutível, estatuiu a Lei Maior, dentro do capítulo dos direitos e garantias individuais, a super-norma do seu art. 141, § 4º (“a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer **lesão** de direito individual”).

JOSÉ FREDERICO MARQUES bem esclarece o assunto, quando discorre sobre a **lesividade** das decisões como motivação recursal. Diz ele que “requisito indispensável de todo o recurso é, como explica WILHELM KISCH, “a existência de um **prejuízo** que a parte entenda lhe ter produzido a decisão contra a qual se recorre”. E o prejuízo deve conceituar-se como “a soma ou objeto em que a parte recorrente sucumbiu” (cf. WILHELM KISCH, “Elementos de Derecho Procesal Civil”,

1940, página 286, **apud** JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., pág. 14, nota 23).

PONTES DE MIRANDA afina com essa orientação, ao dizer que “o requisito indispensável ao recurso é que tenha havido, na sentença recorrida, **prejuízo**” (cf. “Comentários ao Código de Processo Civil”, Tomo XI, pág. 32), ilustrando o seu pensamento com a orientação da jurisprudência francesa e citando DALLOZ (verbetes **Action**, nº 173), para explicar que “não se pode impugnar a sentença por **ultra petita**, se o que dela quer recorrer **foi beneficiado**. Invocou-se — diz ele — o “point d’intérêt, point d’action”, que se aplicaria em França e no Brasil (art. 2º; Código Civil, art. 76), à ação rescisória, aos embargos de terceiro, etc., que são ações, porém, não é ele o princípio adequado aos recursos. Existe o princípio do gravame ou princípio da ofensa, pois sem o dano não se apela, nem se agrava.. .” (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., pág. 32, **in fine**).

O eminente mestre faz reparo interessante quanto à posição do recurso também como meio de realização do direito objetivo, para atacar o princípio do **sucumbimento**, porque muitas vezes o recorrente tem pretensão ao recurso apenas em virtude da violação do direito em tese, como caso da revista (art. 853), do prejudgado (art. 861) e do recurso extraordinário (art. 863) (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., vol. XV, págs. 32 e 33), embora consideremos nós que, mesmo nesses casos, a realização do direito objetivo não deixa de ligar-se ao próprio mérito da decisão que se quer reformar pela via do apelo extremo, da revista ou do prejudgado.

30. Restabeleçamos aqui, porém, os princípios fundamentais sobre a técnica recursal, para que se caracterize, de uma vez por todas, a possibilidade de recursos de decisões proferidas, **exempli gratia**, em processos de falência, quando a lei especial própria é omissa.

Está, ainda, em PONTES a lição correta, de que os princípios fundamentais estão insertos no artigo 820 (“caberá apelação das decisões definitivas de primeira instância”) e no art. 846 (“admitir-se-á agravo de petição... das decisões que impliquem a terminação do processo principal, sem lhe resolverem o mérito”), mas que o art. 842 estabeleceu, como exceção, a recorribilidade em **outros casos**. Assim, ao processo falencial aplicam-se as **regras** e as **exceções** do Código, subsidiariamente, desde que, (1) a decisão recorrida seja de mérito, (2) a decisão recorrida ponha termo ao processo sem lhe julgar o mérito, (3) a decisão recorrida se enquadre (adequação) num dos pressupostos do art. 842, incisos I a XVII, do Código, ou esteja ao abrigo de disposições contidas em leis especiais sobre processo. A **irrecorribilidade** somente se daria no tocante a todas as resoluções judiciais **ordinatórias** (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., vol. XV, págs. 341 e 344).

Isto estabelecido, vamos a um exemplo concreto.

VI APLICAÇÃO DA PREVALÊNCIA “IN HYPOTHESI”

31. Afigure-se a hipótese do **arrendamento** de imóvel pertencente a empresa industrial falida, autorizado por **decisão** do juízo da quebra, no curso do processo falencial, mediante requerimento da parte, autuado em apenso aos autos principais. O imóvel arrendado faz parte do conjunto fabril e nele se encontram instaladas as máquinas da indústria.

Não se conformando a falida com a decisão do arrendamento, por considerá-la lesiva aos seus interesses, ficaria, contudo, ao desabrigo do procedimento recursal, uma vez que na lei de falências o caso não está previsto?

32. Somos de opinião que a aplicação subsidiária e complementar do Código de Processo Civil viria solucionar o problema, **ex**

vi do disposto no artigo 842, inciso XVII, do mesmo Código, que assim reza:

Art. 842 — Além dos casos em que a lei expressamente o permite, dar-se-á **agravo de instrumento das decisões**:

(Omissis)

XVII — que, sem caução idônea, ou independentemente de sentença anterior, autorizarem a entrega de dinheiro ou quaisquer outros bens, ou a alienação, hipoteca, permuta, sub-rogação ou **arrendamento de bens**.

Todavia, certa corrente jurisprudencial se tem manifestado em contrário, isto é, pela não aplicação do art. 842, inciso XVII, em casos semelhantes, preferindo o apelo à **reclamação regimental**, também chamada **correição parcial**, que muitos elevam à categoria do sucedâneo recursal, e que a praxe vem admitindo e a jurisprudência indevidamente legitimando, instituto nascido de leis locais de organização judiciária, sob a forma de providência administrativo-disciplinar, que só poderia ser destinada, na verdade, a corrigir erros tumultuários do processo.

33. O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, proferida em caso específico, semelhante ao da hipótese enunciada, houve por bem desatar a controvérsia em contrário à tese por nós defendida, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 47.580.

O acórdão não-unânime, da Egrégia Primeira Turma do Pretório Excelso, foi o voto do Ministro PEDRO CHAVES, assim proferido:

Não posso, entretanto, dar o meu apoio à douta opinião do eminente relator quanto à permissibilidade no processo de falência, de recursos outros que aqueles previstos na sua lei especial, e essa dissensão nos leva a divergir da conclusão do ilustre voto.

É uma velha opinião que venho sustentando de há muito e consta dos repertórios de jurisprudência, mantida e alimentada por novos e sucessivos estudos a que me tenho entregue em novas oportunidades. No regime da antiga lei de falências já manifestara o meu ponto de vista de que o

processo de falência, regido por lei especial, estava compreendido na exceção do art. 1º do Código de Processo e era portanto no bojo dessa lei especial que os recorrentes deveriam procurar fundamento para os recursos (R. T., vol. 154, pág. 152; e vol. 144, pág. 566).

Sob o império do Decreto-lei número 7.661, mantive a orientação anterior. O saudoso Pedro Baptista Martins, refutando as críticas de Câmara Leal, relativamente à não compreensão no Código de Processo Civil de todo o processo civil e comercial, justifica a exclusão do âmbito do Código dos processos regidos por leis especiais, reiterando o propósito da exclusão, sustentando as razões que a determinaram, de forma a não deixar dúvida alguma sobre a mens legis. Ora, se não na dúvida sobre a inaplicabilidade do Código de Processo Civil ao processo de falências, como se poderá admitir nestes processos especiais um recurso com fundamento em dispositivo do Código?

O procedimento recursal é de direito estrito e o primeiro requisito ou pressuposto objetivo do recurso é a sua adequação à espécie. Há muitas decisões irrecorríveis, ou como ensina PONTES DE MIRANDA, não existe um princípio de recorribilidade necessária de todas as resoluções judiciais, acrescentando Alcides de Mendonça Lima que se a lei não autoriza recurso contra determinada decisão, ela se torna irrecorrível. Essas duas autoridades do nosso direito processual, invocadas por José Frederico Marques, em apoio à sua própria opinião, postas ao lado da torrente dos comentadores do nosso Código, de que o processo de falência foi excluído das suas normas, leva à conclusão necessária de que os recursos admissíveis em processo de falência, são exclusivamente aqueles que a própria lei especial estatuiu.

Assim, a meu ver não cabia da decisão de primeira instância, o agravo de instrumento previsto no art. 842, XVII, do Código de Processo Civil, abrindo-se ensejo ao pedido de “reclamação”, que a veneranda decisão recorrida conheceu e julgou procedente.

Assim, conhecendo do recurso, e divergindo, data venia, do eminente Relator, eu nego provimento ao recurso e mantenho a veneranda decisão recorrida de fls. 70, pelo seu próprio merecimento.

(Cf. Voto do Ministro PEDRO CHAVES, fls. 188-189, autos do Recurso Extraordinário nº 57.580).

Em resumo, o que se disse nesse voto, corpo do acórdão, foi que o Código de Processo Civil não se aplica subsidiariamente ao processo de falências, mesmo quando a lei especial é omissa, dando lugar a decisões **irrecorríveis**. Nesses casos, deixa-se de lado o art. 842, inciso XVII, do mesmo Código, para admitir-se, em seu lugar, a **reclamação regimental**.

São as seguintes as premissas que alinhou a respeitável decisão, para a conclusão a que chegou:

a) que não são permitidos, nos processos de falência, recursos outros senão aqueles previstos na lei falencial (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945);

b) que somente no acervo dessa lei especial é que os prejudicados devem procurar fundamentos para os recursos;

c) que o procedimento recursal é de direito estrito e que o primeiro requisito ou pressuposto objetivo do recurso é a sua **adequação** à espécie;

d) que há decisões irrecorríveis para as quais a lei não autoriza recurso;

e) que o Código de Processo Civil não se aplica ao processo de falência, não se podendo, portanto, utilizar o **agravo de instrumento** com fulcro no artigo 842, XVII, do mesmo Código;

f) que, por conseguinte, somente a **reclamação regimental** seria o meio idôneo de infringência da decisão de primeira instância.

34. A orientação do acórdão está errada, **data venia**, em dois pontos principais, fundamentais, básicos:

1) no **desapreço** às normas processuais genéricas e, no caso, à aplicação específica do recurso de **agravo de instrumento**, com apoio no art. 842, inciso XVII, do Código de Processo Civil;

2) na **prevalência** dada à **reclamação** regimental (como forma espúria de recurso, ou sucedâneo de recurso criado por lei estadual e, pois, local) sobre lei federal-unitária, com violação conseqüente do princípio da competência privativa da União para legislar sobre processo (art. 5º, inciso XV, letra a, da Constituição Federal), e desrespeito ao artigo 1.049 do Código de Processo Civil.

35. Ao dispor o legislador processual, em particular, sobre o **agravo de instrumento**, foi suficientemente claro, como já vimos (art. 842, XVII, **in fine**, do Código de Processo Civil), mencionando que, **além** dos casos em que a **lei** (qualquer lei ordinária, incluindo-se a lei de falências) expressamente o permite (e que são aqueles casos do quadro recursal dessa mesma lei de falências), dar-se-á **agravo de instrumento** de decisões que autorizarem o **arrendamento de bens**.

Procedimento recursal de **direito estrito**, o **agravo de instrumento** foi, assim, expressamente admitido na lei processual comum para o caso de decisões que autorizarem o **arrendamento** de bens, e que não são, por conseguinte decisões **irrecorríveis**. A lei falencial é omissa, mas **não veda** o recurso processual comum. Se este é **adequado** à espécie, não pode, nem deve deixar de ser utilizado.

O emprego da **reclamação regimental** implicaria, portanto, na aplicação subsidiária ao processo falencial de norma de cunho administrativo, de origem local (estadual), em lugar do agravo de instrumento, específico, adequado, autorizado em lei processual propriamente dita, de cunho federal e, por conseguinte, nacional, editada para todo o país. Bastaria, porém, a existência de recurso cabível para afastar o apelo à **correição** (art. 12, nº II, Decreto-lei nº 8.527, de 31 de

dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal — nova redação do art. 71 da Lei nº 1.301, de 28 de dezembro de 1950).

Não é sem razão — vale repetir — que o legislador processual, quando se refere aos casos de agravo de instrumento, fá-lo para salientar que são aqueles mesmos enumerados nos incisos **I** a **XVII**, do art. 842, **e mais os que a Lei expressamente permite**.

“**Lei** no art. 842 — ensina PONTES DE MIRANDA — é qualquer lei em vigor, pertinente a recursos. Tal lei há de ser **federal, una**, em todo Brasil; **ou não é lei de processo civil**” (“Comentários ao Código de Processo Civil”, vol. V, pág. 233, nº 18, ed. 1949).

E o que se dirá das Leis de Organização Judiciária? **Serão leis federais** que abranjam todo o País?

Não, evidentemente. Trata-se de leis estaduais, de âmbito local, restrito, que não podem competir com o Código de Processo Civil e a ele sobrepor-se, para em seu lugar serem aplicadas como subsidiárias da lei federal (lei de falências) em matéria processual civil.

36. PONTES DE MIRANDA, comentando o disposto no art. 1º do Código de Processo Civil, dá-nos irrecusável lição:

Não se pense, todavia, que com o fato de haver processo especial, perde o Código a sua importância como lei. Os seus princípios enchem, com o processo especial, todo o espaço em que os princípios do processo especial têm de ser observados (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., Tomo I, pág. 72, art. 1º, nº 4, in fine, ed. 1960).

37. TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE, falando sobre o fundamento do recurso no art. 842, XVII, e com a sua autoridade de autor da lei de falências, põe fim a qualquer dúvida, quando diz que

o Código de Processo Civil, nos arts. 844 e 850, regula o processo dos agravos de petição e de instrumento. Quanto ao cabimento do recurso, além dos casos mencionados na lei de falências, pode a parte interpor agravo de instrumento de

decisões ou despachos que se enquadrem na enumeração feita pelo art. 842 do mesmo Código (cf. “Comentários à Lei de Falências”, art. 207, vol. III, nº 1.177, pág. 89, ed. 1949).

E como se escrevesse para a hipótese, acrescenta que, “no Distrito Federal, compete ao Conselho de Justiça proceder, sem prejuízo para o andamento do feito, a requerimento dos interessados ou do procurador-geral, **às correções parciais em autos para a emenda de erros, ou abusos** que importem na inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal do processo, **quando para o caso não haja recurso** (cf. op. cit., vol. III, págs. 90 e 91).

38. SEABRA FAGUNDES também comenta que

as ações executiva fiscal, de desapropriações e de acidentes no trabalho, bem como os processos falimentares, **comportam o agravo de instrumento, pela subsidiária aplicação da legislação comum**, quando dêem lugar a incidentes enquadráveis nos incisos do art. 842 do Código de Processo Civil. Assim, nos executivos fiscais, o pedido de gratuidade, e no processo falimentar, ações de acidentes do trabalho e expropriatória, esse mesmo incidente e a exceção de incompetência poderão motivar a sua interposição (cf. M. SEABRA FAGUNDES, “Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil”, 1946, página 342).

39. JOSÉ FREDERICO MARQUES — a quem o acórdão **sub censura** se refere como se partidário fosse da sua orientação — endossa, todavia, a opinião de SEABRA FAGUNDES (cf. op. cit., vol. IV, pág. 214). E referindo-se ao inciso XVII, do mesmo art. 842, diz que “o texto focaliza casos de administração judiciária de direitos privados, ou jurisdição voluntária” e que “de regra as decisões ali mencionadas têm o caráter **de definitivas**”, pelo que a utilização do agravo de instrumento implicaria em mais uma exceção ao mandamento genérico do art. 820 (cf. op. cit., vol. IV, págs. 210 e 220). Donde se conclui que, sendo definitivas as decisões em tais casos, jamais poderiam ser consideradas **irrecorríveis**.

40. ELIAS BEDRAN, por seu turno, observa que,

é verdade, no processamento das falências e concordatas, a Lei de Quebras, em diversos dispositivos, nos oferece os recursos admissíveis, as oportunidades de seu uso e prazos, e os efeitos que deles promanam. Mas, nem por isso, impede que inúmeras vezes tenhamos que nos socorrer dos Códigos de Processo Civil e do Penal, para **complementarmos** as falhas dessa natureza (recursos e prazos) a fim de atingirmos a finalidade legal (cf. “Falências e Concordatas no Direito Brasileiro”, vol. VI, 1962, pág. 1614, nº 1948).

E citando TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE, acrescenta que a sua manifestação autorizada confirma a certeza de que as partes interessadas em processos de falência ou concordata preventiva ou suspensiva, “não estão impedidos do amparo de recursos não estabelecidos na Lei Falimentar, buscando guarida no Código de Processo Civil, ou em outra lei igualmente ajustável” (Certo, o acórdão também por ele citado do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal: “No processo de falência não estão proibidos os agravos do Código de Processo Civil”, in “Diário da Justiça”, de 16 de agosto de 1947, **apud** ELIAS BEDRAN, op. cit., pág. 1.617).

41. JOSÉ DA SILVA PACHECO, fazendo comentários sobre os recursos previstos pela lei de falências e os regulados pelo Código de Processo Civil, professa que

não há qualquer disposição legal proibindo essa admissibilidade e se há despachos ou decisões para as quais não preveja a lei de falências o recurso adequado, seria absurdo concluir-se pela sua irrecorribilidade acórdão unânime da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, Relator Des. GUILHERME ESTELITA, in “Revista dos Tribunais”, 170-736” (cf. JOSÉ DA SILVA PACHECO, “Falência e Concordata — Tratado das Execuções”, vol. 5-I, pág. 405, nº 31, edição 1960).

Assim — continua o mesmo autor — se no processo falencial argúi-se matéria que não constitui questão necessária de falência, claro é que para a decisão não está previsto recurso na lei de quebras, **mas nem por isso deixa de ser recorrível. O recurso seria o da lei processual comum** (Certo, acórdão unânime da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Des. JUSTINO PINHEIRO, in

“Revista dos Tribunais”, vol. 187, página 334) (cf. op. cit., **ibidem**).

Tem inteira razão o ilustre comentarista, quando salienta que no processo falencial se pode argüir matéria que não constitua **questão necessária de falência**, como no caso de simples **arrendamento** de bens da Massa, hipótese idêntica à que foi objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal através do acórdão aludido.

42. O douto e eminente Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA, votando vencido como relator do aludido recurso extraordinário nº 47.580, salientou que dava **aplicação subsidiária ao Código de Processo Civil**, “porque a Lei de Falências, tratando da arrecadação e **administração** de bens, não prevê recurso nenhum”. E acrescentou:

Então, pareceu-me que não estaria na intenção do legislador federal deixar de dar recurso para a superior instância das decisões dos juizes de primeira instância que dessem, ou negassem, **arrendamento de bens**, que dispusessem sobre a administração dos bens da massa. Ficar a questão entregue ao Conselho de Justiça, entendi que não seria razoável, porque nem todos os Estados consignam em suas leis o Conselho de Justiça. Destarte, pelo exposto, fortalecida ficou a minha convicção de que o Código de Processo Civil **tem aplicação subsidiária em matéria de recursos na esfera falimentar**. Assim, na omissão da Lei de Falências, neste capítulo principalmente, eu me inclinei — embora respeitando os doutos pronunciamentos em sentido contrário — pela admissibilidade do recurso, para que a decisão do juiz de primeira instância não fosse decisiva, não fosse definitiva, irrecorivelmente obrigatória para as partes, em matéria de **arrendamento** de bens da Massa (cf. Voto vencido, fls. 191 e 192, autos do Recurso Extraordinário nº 47.580).

43. FIRMINO FERREIRA PAZ, ilustre e douto Procurador da República, em brilhante parecer dado no caso, estudo completo e poderosa síntese que não exclui nenhum dos argumentos jurídicos necessários à documentação da tese por nós defendida, escreveu, ao

exame da incidência ou não do art. 842, inciso XVII, do Código de Processo Civil, que no processo falencial brasileiro se instituiu,

em tema de recursos, o agravo de petição, o de instrumento e no auto do processo; excluiu-se a apelação. Isso demonstra — continuou — que ao sistema processual falencial brasileiro não repugna a interposição do agravo de instrumento, **subsidiariamente**, previsto ao Código de Processo Civil, desde que lhe ocorram os elementos fáticos de cabimento (incidência). Sobre os agravos de instrumento, à base do art. 842 do Código de Processo Civil, expediu o doutíssimo PONTES DE MIRANDA, o seguinte magistério, verbis: “Além das espécies em que o Decreto-lei nº 7.661 prevê a interponibilidade do recurso de agravo de instrumento ou de petição, **há aquelas em que a decisão entra numa daquelas classes de que cogita o art. 842 do Código de Processo Civil**: “... caução idônea, ou independentemente de sentença anterior, autorizou-se entrega de dinheiro, ou quaisquer outros bens, ou a alienação, gravame, permuta, sub-rogação real, ou **arrendamento de bens** (art. 842, XVII) (“Tratado de Direito Privado”, volume XXX, pág. 304, § 3.530, nº 3, ed. 1961).

Ao lado da lição da doutrina, há, e copiosa, que o demonstrou a recorrente, a jurisprudência dos nossos tribunais, a admitir o agravo de instrumento, no caso previsto no art. 842, XVII, do Código de Processo Civil. Assim, cabendo, na espécie, agravo de instrumento, por força da incidência do art. 842, XVII, do Código de Processo Civil, **excluído estava o cabimento da reclamação**, que, segundo PONTES DE MIRANDA, foi criação espúria da justiça do Distrito Federal, recebida depois pelo Supremo Tribunal Federal, para quando haja subversão patente da hierarquia judicial, portanto, em casos especialíssimos de desrespeito a julgado seu (“Comentários à Constituição de 1946”, vol. III, pág. 242, ed. 1960). Sempre que caiba recurso, é incabível, portanto, reclamação, a todas as luzes e nos melhores de direito” (cf. **Parecer**, FIRMINO FERREIRA PAZ, Procurador da República, **in** Recurso Extraordinário número 47.580).

44. É substancial, pois, como se vê, a boa doutrina que se opõe, frontalmente, à orientação do venerando acórdão, a qual serviu de modelo à apreciação da matéria em hipótese.

45. Não menos abundante é, ainda, a jurisprudência dos demais pretórios, em dissídio flagrante com o provimento jurisdicional examinado, numa mostra eloqüente do acerto da tese aqui sustentada.

O Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara já decidiu que “nos processos de falência, **nada impede a interposição dos agravos previstos no Código de Processo Civil**”. E insistiu:

Nenhuma disposição legal proíbe essa admissibilidade, e, nos casos como o de que se trata, seria absurdo não dar ao agravante meio de trazer ao conhecimento da segunda instância seu protesto contra o despacho recorrido (acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, in “Revista Forense”, vol. CXV, pág. 127).

O Tribunal de Justiça de São Paulo vem decidindo, iterativamente, que “o Código de Processo Civil **é lei subsidiária em matéria processual, da lei de falências**” (acórdão no agravo nº 22.695, Relator Des. MANUEL CARLOS, in “Revista dos Tribunais”, vol. 153, pág. 537).

Decidiu, também, noutra oportunidade, esse mesmo Tribunal, que, “se no processo falencial se discute questão que não constitui propriamente matéria falimentar, mas exige recurso, **a lei processual comum há de atuar supletivamente** (acórdão no agravo nº 48.854, Relator Des. JUSTINO PINHEIRO, in “Revista dos Tribunais”, vol. 187, pág. 334).

E o próprio Conselho de Justiça do Tribunal da Guanabara pôs a questão em seus devidos termos, quando cogitou de despacho reclamado que deferira alvará, independentemente de caução idônea considerada indispensável pelos reclamantes sob o fundamento de se tratar, no caso, de uma execução provisória e não definitiva.

Do despacho — resolveu o Conselho — **cabe agravo de instrumento**, expressamente consignado pelo inciso XVII, do art. 842, e como ainda em acórdão de 26 de abril deste ano decidiu a Egrégia 4^a Câmara do Tribunal (agravo nº 8.163). Ao Conselho, portanto, não compete conhecer da matéria, **restrita sua competência contra os despachos de que não haja recurso ordinário** (art. 12, nº III, do Código de Organização Judiciária, Decreto-lei número 8.527, de 1945). “Na espécie, entretanto, o despacho reclamado deferiu a venda, sem caução idônea, despacho que é susceptível de recurso ordinário (agravo de instrumento)” (cf. acórdão do Conselho de Justiça do Estado da Guanabara, in “Arquivo Judiciário”, vol. 79, pág. 355).

VII RECLAMAÇÕES REGIMENTAIS

46. A Constituição Federal de 1946 outorgou aos Estados-membros da federação o direito de organizar a sua Justiça (art. 124), e aos tribunais, assim organizados, a competência para elaborar os seus regimentos internos (art. 97, II).

Assim, o Estado legisla nesse setor, competentemente, embora respeitadas as linhas discriminatórias constitucionais. Essas são as chamadas leis ou normas de organização judiciária.

Essas leis ou normas são, sem dúvida, fontes do Direito Processual, mas fontes abstratas, em contraposição às fontes formais, que são a lei processual propriamente dita e a Constituição Federal. As leis de organização judiciária se encontram relacionadas com o processo civil, não se podendo delas prescindir para o estudo do Direito Processual. Todavia, essa necessidade de estudo não lhes tira o caráter de leis administrativas, de normas regulamentadoras (cf. NICETO ALCALLAZAMORA y CASTILLO, “Premisas para Determinar la índole de la Llamada Jurisdicción Voluntaria” — “Studi in Onore di Enrico Redenti”, 1951, vol. I, págs. 34 e 55, **apud** JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. I, pág. 54).

A distinção categórica entre as leis de organização judiciária e as normas de direito processual civil está ínsita na Lei Maior, nos termos do art. 5º, inciso XV, letra **a**. Somente à União compete legislar sobre processo civil, de modo que a lei de processo civil é só e só aquela que promana do legislador federal. Há, pois, uma diferença de origem. Quaisquer diplomas estaduais (locais) que afrontarem essa privatividade e essa soberania indiscutíveis, serão considerados írritos e inconstitucionais.

JOSÉ FREDERICO MARQUES — onde encontramos um dos melhores estudos sobre a matéria — ao exame do art. 97, II, da Constituição Federal, ensina que os regimentos internos dos tribunais são considerados leis do ponto de vista material, **mas não do ponto de vista formal** (cf. op. cit., vol. I, página 61).

“As regras regimentais — diz ele — devem atender ao disciplinamento da ordem interna dos tribunais, além da transcrição de textos legais que a Corte Judiciária entenda de conveniência reproduzir. Todavia, segundo o ensinamento de PEDRO LESSA, não devem os regimentos “encerrar preceitos, para o fim de regerem a primeira instância, isto é, destinados a vigorar fora do Tribunal”. Se isto fosse permitido, retornaríamos ao sistema dos assentos do antigo direito português” (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. I, pág. 61).

PONTES DE MIRANDA afirma (cf. “Comentários à Constituição Federal de 1946”, 1ª ed., 1947, vol. II, pág. 169) que a votação dos regimentos internos é um dos elementos característicos da independência do Poder Judiciário, “porque, se assim não acontecesse, poderiam os legisladores, com a aparência de reorganizar a justiça, alterar a ordem dos julgamentos e atingir **a vida interna dos tribunais**”. Note-se, porém, a ressalva clara de que as questões denominadas de **interna corporis** refogem à ordem processual comum e devem ser disciplinadas regimentalmente. Por isso é que os tribunais são tão ciosos da sua competência específica nesse sentido, e a defendem, como no caso da Lei

número 2.790, de 24 de novembro de 1956, que reformava o art. 875 do Código de Processo Civil, para admitir a intervenção das partes nos julgamentos depois de proferido o voto do relator, lei essa que foi julgada **inconstitucional** pelo Supremo Tribunal Federal (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. I, pág. 62).

Leia-se o voto do Ministro EDGARD COSTA nesse julgamento, onde ele observa que a citada lei contrariava frontalmente “a própria autonomia interna dos tribunais, no que diz respeito à sua competência privativa para estabelecer as normas a seguir na marcha dos seus trabalhos, através dos seus regimentos, que, por preceito constitucional (art. 97, nº II), lhes cabe, livre da interferência de outros poderes” (cf. Voto publicado na “Folha da Manhã” de São Paulo, em 2 de dezembro de 1956; cf. artigo publicado por JOSÉ FREDERICO MARQUES, no “O Estado de São Paulo”, da mesma data, sob o título de “A lei que nasceu Morta”, **apud** JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. I, pág. 62, nota 33).

47. Alguns tribunais locais e o próprio Supremo Tribunal Federal, vêm, todavia, **ampliando indevidamente** a sua competência estrita, para penetrar no âmbito do direito processual propriamente dito.

Um exemplo flagrante, que roborava essa afirmativa, é o surgimento das chamadas “correições parciais” ou “reclamações regimentais”, nascidas em leis locais de organização judiciária sob a forma de providências administrativo-disciplinares, destinadas a corrigir erros do processo.

Constituem, no entanto, “**um sucedâneo recursal** que atenta flagrantemente contra os princípios que regem as fontes normativas do processo civil”, e que não encontra acolhida no Código de Processo Civil ou nas leis especiais complementares, reclamações e correições a que JOSÉ FREDERICO MARQUES chamou de formas espúrias de reexame de decisões interlocutórias, que precisam ser definitivamente abolidas (cf. op. cit., vol. IV, pág. 381).

Implicam, sem lugar para dúvidas, na violação do princípio da **unitariedade** do direito processual civil brasileiro, com a volta ao regime da **pluralidade** da lei adjetiva abolido pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946 (art. 5º, XV, letra **a**). Como foram acolhidas e pela maneira como operam entre nós, essas correições ou reclamações vêm, inclusive, se sobrepondo à lei federal, com desrespeito ao critério da prevalência desta última e à escala hierárquica quádrupla de que falou RUY (Constituição Federal, leis federais, Constituições estaduais, leis estaduais) (cf. RUY BARBOSA, cit. por VÍTOR NUNES LEAL, trabalho publicado na “Revista de Direito Administrativo”, vol. I, fascículo II, página 777).

Os reparos não são somente nossos.

48. JOSÉ FREDERICO MARQUES, ao criticar a lei paulista que transportou para São Paulo, com o nome de **correição parcial**, o esdrúxulo instituto que no foro do Estado da Guanabara é denominado como **reclamação**, disse que “em São Paulo o Decreto-lei nº 14.234, **quebrou as tradições legislativas** com que, entre nós, JOÃO MENDES JÚNIOR e COSTA MANSO sempre procuraram organizar a **jurisdição censória**. Veja-se o que escreveu o primeiro sobre **jurisdição disciplinar**, que, em seu entender, não se estendia aos **erros de ofício**, e isto não só no trabalho que compôs com HENRIQUE COELHO e JOAQUIM ROBERTO DE AZEVEDO MARQUES (“Exposição Preliminar das Bases para a Reforma Judiciária”, 1901, págs. 223 a 230), como ainda no “Plano de Reforma Judiciária” que RODRIGUES ALVES submeteu ao Congresso Legislativo de São Paulo (“Plano de Reforma Judiciária”, 1912, 1ª Seção, págs. 164 a 174). Nem a mais leve menção ali se descobre à correição parcial ou instituto análogo. E o mesmo se diga do Decreto número 4.786, de 3 de dezembro de 1930, devido ao maior juiz paulista de todos os tempos, o grande e insigne COSTA MANSO, e ainda da Lei nº 2.222, de 13 de dezembro de 1927” (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, artigo intitulado “A Correição Parcial”, in “Revista Jurídica”, vol. 13, pág. 35).

Diz, ainda, o mesmo autor:

A verdade, porém, é a seguinte: a correção parcial não passa de, um **recurso processual criado inconstitucionalmente pelas legislações estaduais**. Pode ser que ela tenha constituído providência de suma utilidade para suprir, em nosso sistema de juízos monocráticos de primeiro grau, os danosos efeitos do desastrado princípio da irrecorribilidade das interlocutórias. Isto, porém, lhe não tira a coima de inconstitucionalidade de que se reveste, nem a legitima como providência destinada ao reexame de genuínos pronunciamentos jurisdicionais (cf. “Instituições de Direito Processual Civil”, vol. IV, pág. 388).

Admitindo-se a aceitação da correção parcial como sucedâneo recursal, o exame do seu **modus procedendi** dá uma idéia do **aleijão**, que é como a designou, tão propriamente, JOSÉ FREDERICO MARQUES. Na verdade, a correção parcial viola o princípio do **devido processo legal**, porque não admite discussão contraditória. “Nela — acrescentou — discutem o **thema decidendum** do sucedâneo recursal, antes do julgamento, o impetrante da medida e o juiz **a quo**” (cf. op. cit., vol. IV, página 390).

Fica de fora, pois, o reclamado, sem direito de ingressar no processo sequer como assistente equiparado ao litisconsorte (arts. 88 e 93 do Código de Processo Civil).

49. PONTES DE MIRANDA não considera as “reclamações” como recursos. Para ele a chamada “reclamação” é correção disciplinar, em ação, ou figura intrusa, **ditatorialiforme** (cf. “Comentários ao Código de Processo Civil”, Tomo XI, 1960, pág. 6); “são resultados jurídicos do propósito de controlar a justiça — de fonte feudal, psicologicamente regressiva — traduzindo regalismo “localizado”, de finalidades econômico-políticas. Com o caráter de recursos, seriam inconstitucionais, porque tratam parte da população do Brasil diferentemente do resto do país além de mal disfarçarem a antiga “queixa ao Príncipe” (cf. PONTES DE MIRANDA, op. cit., Tomo XI, 1960, pág. 41).

50. PHILADELPHO AZEVEDO, em magistral voto no recurso extraordinário nº 5.877, afirma que a reclamação ou correição parcial ressuscitou o velho **agravo de Ordenação não guardada**, tomado no auto do processo. E adverte que,

com o advento do Código de Processo, tornou-se incompatível a carunchosa medida com a ampla iniciativa outorgada ao juiz no sistema da concentração e de imediatidade e de amplos meios de orientação da prova; não é possível que seja diretor do processo o juiz que age com fiscal por cima a lhe acompanhar todos os passos e a modificar toda orientação, tendente a formar certa convicção, sempre subjetiva (cf. PHILADELPHO AZEVEDO, “Um Triênio de Judicatura”, vol. V, pág. 184).

Nota-se o cuidado do eminente mestre em ressaltar a necessidade de se garantir o prestígio da lei federal em matéria de recursos, quando observa que a Constituição garante esse prestígio e que é preciso evitar que aqueles (os recursos) se desdobrem em temas incidentes e esporádicos. E bate na mesma tecla de PONTES e de JOSÉ FREDERICO MARQUES, ao prevenir a possibilidade da **fragmentação** da lei processual, “de modo que, nos Estados, certos despachos serão irrecuráveis, mas, no Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara), susceptíveis de reparo imediato, sem que se tratasse de qualquer das exceções a que visam os artigos 17 e 18, g, da Constituição Federal “(referia-se à Constituição de 10 de novembro de 1937) (cf. op. cit., **ibidem**).

51. PEDRO BAPTISTA MARTINS, por sua vez, doutrina que a Constituição impõe a **unidade** do Direito processual e que as leis de âmbito local não podem suprir a lei unitária que é o Código de Processo Civil, acrescentando, no tocante às “reclamações”,

que os repertórios de jurisprudência estão repletos de decisões daquele órgão disciplinar (o Conselho de Justiça do Distrito Federal), **em que ele funciona como tribunal de recurso**, reformando, ou não, despachos interlocutórios, como, por exemplo, o que recebe a apelação em ambos os efeitos. E acrescenta: “Esses acórdãos, entretanto, são

nulos” (cf. PEDRO BAPTISTA MARTINS, “Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais”, 1957, págs. 155 e 156).

52. JOÃO CLAUDINO DE OLIVEIRA E CRUZ, discorrendo sobre a utilidade dos recursos (cf. “Dos Recursos no Código de Processo Civil”, pág. 18, nota 17, ano 1954), encarece que “estão se tornando moda os usos e abusos de outros estranhos meios de impugnação, como as “correções parciais” ou “reclamações”, os quais admite como aceitos pelas instâncias superiores. Mas é de opinião que esses novos meios de impugnação das decisões de primeira instância deveriam ater-se aos precisos termos da lei, só cabíveis, portanto, “para emenda de erros ou abusos” que importassem “a inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal do processo”. Deveriam “constituir medida extrema, só admissível em hipóteses de excepcional singularidade, já que houve o erro inicial de sua instituição, **não repelido pelas instâncias superiores**” (op. cit., nota 17, pág. 19).

As conseqüências perniciosas estão, todavia, no que ele aponta como **excesso de competência**, quando os órgãos disciplinares da magistratura **desvirtuam** o remédio, dando provimento a “reclamações” no sentido da interpretação da lei de maneira diversa à do Juiz, com a criação de “uma nova e singular instância revisora”, e também como **exorbitância de competência**, porque se as “reclamações” são recursos para jurisdições de grau superior, o legislador estadual extrapolou de suas atribuições, visto que somente à União cabe legislar sobre processo (cf. JOÃO CLAUDINO DE OLIVEIRA E CRUZ, op. cit., pág. 19, nota 17, referência feita à obra “Da Competência em Matéria Penal”, 1953, pág. 245, de JOSÉ FREDERICO MARQUES).

53. O erro já se generalizou de tal modo, que atingiu o próprio Supremo Tribunal Federal.

Sob o fundamento da necessidade de preservar a integridade da sua competência ou **assegurar a autoridade dos seus julgados**, o

Excelso Pretório introduziu no seu Regimento Interno a figura da “reclamação”, à qual já vinha dando acolhida sem forma nem figura de juízo, nos casos em que julgasse ocorrer subversão da hierarquia judicial e desrespeito a julgados seus em que se tivesse de aguardar ação rescisória.

O Ministro OROZIMBO NONATO nos dá a medida exata do alcance do novo “recurso”, em voto no qual diz que, havendo infração da “res judicata”, não pode ficar esse desrespeito inulto e **nem esperar pelo desate da ação rescisória**, adotando-se, então, a “reclamação” como **remédio presentâneo e enérgico ajustável a graveza do caso** (voto em Recurso Extraordinário nº 13.828, de São Paulo, Apenso nº 71, “Diário da Justiça” de 25 de março de 1952, pág. 1.523, acórdão de 21 de abril de 1950).

Não somos de opinião favorável a essa orientação do Supremo Tribunal Federal. Não se nega, como é da mais moderna doutrina, que a competência não expressa dos tribunais federais possa ser ampliada por construção constitucional. O que não é possível é admitir **a criação de recursos não previstos na lei**. Ampliação de competência é uma coisa. A criação de um verdadeiro recurso, havendo remédio específico para a hipótese, é **violentar o próprio sistema processual** (cf. JOÃO CLAUDINO, op. cit., pág. 403, nota 1).

E no caso indicado, quando o Supremo Tribunal Federal houve por bem acolher “reclamação”, por que não foi utilizada a Ação Rescisória, com fulcro nos precisos termos do art. 798, **I**, letra **b**, do Código de Processo Civil?

O Ministro HAHNEMANN GUIMARÃES deu a resposta certa no momento exato:

Não posso, neste ensejo, com maior razão, acolher a reclamação, porque o Código de Processo Civil **dá a forma processual própria** para que à parte prejudicada possa

fazer valer o seu direito. Se foi prejudicada com a infração da coisa julgada, segundo pretende, a solução não é a reclamação, remédio desconhecido no sistema processual atual; **a solução é a rescisória** (Voto vencido, recurso extraordinário nº 13.828, Apenso 71, “Diário da Justiça”, de 25 de março de 1952, págs. 1.523-1.524).

VIII INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO ARTIGO 1.049 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

54. A norma do art. 1.049 é, à semelhança dos arts. 1.047 e 1.048, norma de **super-direito** — não no sentido lato de direito constitucional, mas no do direito **maior** — “uma vez que o conteúdo de seus cânones é a própria lei ou regra normativa”, e também porque nele se encontram “normas sobre a aplicação de outras normas” (cf. JOSÉ FREDERICO MARQUES, op. cit., vol. I, págs. 99-100).

Daí a finalidade incontornável que lhe quis dar o legislador pátrio, de estabelecer um **limite** à atuação das leis de organização judiciária e dos regimentos internos dos tribunais, para evitar que disponham **contra legem**.

É esse art. 1.049 o exemplo citado por VÍTOR NUNES LEAL a fim de caracterizar, no caso concreto, a aplicação constitucional dos poderes federais implícitos.

Entre nós — comenta o jovem e já renomado jurista, ilustre membro da nossa Corte Suprema — cabe aos Estados o poder de legislar sobre sua organização judiciária, respeitados os princípios constitucionais (arts. 103 e 16, XVI — referindo-se à Constituição de 1937). Mas a União, no uso de sua competência privativa para legislar sobre processo (art. 16, XVI) prescreveu no art. 1.049 do Código de Processo Civil: “As leis de organização judiciária e os regimentos internos dos tribunais adaptar-se-ão às disposições deste Código, que sobre umas e outros prevalecerá”. Eis aí urna aplicação dos poderes implícitos. A União, adotando uma nova sistemática processual, estipulou diversas normas substancialmente de organização judiciária (remoção e substituição de juizes, férias, etc), que julgou essenciais ao bom êxito das novas normas processuais (VÍTOR NUNES LEAL, in “Revista de Direito Administrativo”, vol. I, Fasc. II pág. 783).

JOSÉ FREDERICO MARQUES explica, a propósito, que

em matéria de organização judiciária, pode ocorrer muitas vezes que a lei de processo promulgada pela União traga restrições ao legislador estadual. Neste caso, os Estados **cederão** ante a lei federal por tratar-se de matéria **implícita** na competência legislativa decorrente do art. 5º, nº XV, letra a, da Constituição Federal (de 1946) (cf. op. cit., vol. I, pág. 83).

Não aceitamos, **data venia**, a crítica do eminente mestre ao exemplo dado por VÍTOR NUNES LEAL, quando acha que no regime da Constituição de 1946 não se pode dar ao art. 1.049 a mesma amplitude que lhe advinha do sistema centralista e totalitário da Carta de 1937. Acreditamos que, embora atualmente os Estados-membros tenham retomado a sua inteira competência em matéria de organização judiciária, terão, contudo, de respeitar as linhas constitucionais **discriminativas**, que são justamente aquelas da prevalência da lei federal válida sobre as leis estaduais (locais), e entre estas as de organização judiciária.

Essa é, também, a opinião de DE PLÁCIDO E SILVA, quando diz que

a finalidade da unidade processual está assegurada com a imposição de um Código único. As organizações estaduais, porém, devem ser fundadas nos interesses e necessidades locais. No entanto, não podem nem devem, em substância, contrariar, ou investir contra quaisquer princípios instituídos pelo Código de Processo nacional (DE PLÁCIDO E SILVA, "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. VI, pág. 415).

E mais adiante:

Qualquer dispositivo inserto na lei de organização judiciária, ou nos regimentos internos dos Tribunais que contrariar o Código de Processo **é como se não existisse**. A prioridade, em qualquer circunstância, cabe ao princípio instituído pelo Código de Processo, e as leis estaduais e regimentos internos dos Tribunais têm que lhe prestar obediência absoluta (op. cit., **ibidem**).

PONTES DE MIRANDA não desce a maiores comentários, mas deixa claro que, quando o artigo 1.049 fala em **adaptação** das leis de organização judiciária e dos regimentos às disposições do Código, foi para dizer que “o direito federal corta o local”.

Se assim não fosse — conclui — não seria preciso dizê-lo, nem se trataria de adaptação: cada sistema de direito — o pertencente à União e o pertencente às unidades interiores — teria o seu campo próprio — sem adaptação, portanto. O Código estatuiu que a lei processual cortou as locais, **onde se chocaram** (PONTES DE MIRANDA, op. cit., Tomo XV, páginas 253 e 254).

JORGE AMERICANO não foge à regra. Considera que estabeleceu o legislador, no art. 1.049, a **prevalência** da lei federal processual sobre as leis de organização judiciária locais, mesmo depois de adaptadas ao Código. “Esta prevalência assenta nas normas de hierarquia das leis, segundo as quais, na esfera da respectiva competência, prevalece a lei federal sobre a estadual” (JORGE AMERICANO, “Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil”, vol. 4º, pág. 454, ano 1943).

E essa é, também, a opinião de AMÍLCAR DE CASTRO, exposta em seus “Comentários ao Código de Processo Civil”, vol. X, 1941, pág. 530.

55. A jurisprudência dos nossos tribunais aplica o art. 1.049 dentro da sua verdadeira inteligência. E PONTES DE MIRANDA nos apresenta interessantes exemplos dessa aplicação:

a) do art. 833, em relação ao art. 27 e parágrafo único da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal:

Interpretação do art. 27 da lei de organização judiciária do Distrito Federal. Conflito entre essa lei e o Código do Processo. Prevalência deste último sobre aquela. Só pode haver embargos, se o acórdão reformou a decisão de primeira instância, com voto vencido, integral ou parcial (5ª Câmara. Cível do Tribunal de Apelação do Distrito Federal,

14 de outubro de 1941, in “Arquivo Judiciário”, vol. 60, pág. 271);

b) dos arts. 836, 860, etc., e o agravo em mesa:

Em face do art. 1.049 do Código de Processo Civil, é inadmissível o agravo em Mesa com fundamento no regimento interno do Tribunal de Apelação (acórdão do Tribunal de Apelação do Rio de Janeiro, 2 de julho de 1941, “R. J.”, 23, 300);

c) do julgamento (competência) das suspeições, segundo os arts. 187, II, e 188, e não pelo Conselho de Justiça:

O art. 24, letra **d**, do Decreto-lei estadual nº 77, de 28 de fevereiro de 1940 colide com os arts. 187, n. **II**, e 188, do Código de Processo Civil. Prevalece o Código de Processo neste caso (art. 1.049). (Acórdão do Conselho de Justiça do Tribunal de Apelação do Rio de Janeiro, 14 de junho de 1940, **in** “Arquivo Judiciário”, volume 55, página 54).

Temos mais:

a) Acórdão unânime da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de 30 de outubro de 1951, apenso ao “Diário da Justiça” de 18 de setembro de 1952, pág. 4.344, **apud** ALEXANDRE DE PAULA, **in** “O Processo à Luz da Jurisprudência”, vol. XVI, págs. 2.986 e 2.987:

O preceito contido no art. 19 da citada Lei nº 1.301, implica a modificação de competência do juiz, ou melhor, estabeleceu um novo caso, mas tão-somente para a Justiça do Distrito Federal e com infringência do princípio contido no art. 1.049 do Código de Processo Civil;

b) Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, de 10 de maio de 1954, Relator Des. JOÃO MARIA FURTADO, **in** “Revista Forense”, vol. 160, pág. 306: “As normas do Código de Processo Civil é que devem prevalecer, frente às leis de organização judiciária e aos regimentos dos Tribunais”;

c) Acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, de 10 de dezembro de 1946, Relator Ministro EDGARD COSTA, **in** “Revista Forense”, volume 110, pág. 357: “Prevalece o Código de Processo Civil sobre leis de organização judiciária cujos dispositivos se encontrem em contradição com os da lei processual nacional”.

IX CONCLUSÃO

56. O empenho deste trabalho foi o de demonstrar, com a mão na lei e na sua sistemática, que, nos conflitos intercontextuais, as normas processuais genéricas, em virtude das suas características de normas de direito público, enfeixadas num Código de Processo Civil promulgado como lei unitária, têm prevalência sobre as leis especiais de processo, prevalência que opera de maneira complementar e subsidiária ou supletiva. Complementar, quando **regula** o processo especial, como no caso da lei de falências, na parte recursal (art. 207). Supletiva ou subsidiária, quando preenche as lacunas resultantes da omissão da lei.

Embora sejam quase um truísmo jurídico essas afirmações, não poderiam, porém, deixar de ser feitas, como ponto de partida para a afirmação de outro postulado, qual o de que, se a predominância se dá em relação às normas processuais especiais federais, toda vez que ocorra um conflito intercontextual, esta operará com maior força de razão em relação às normas de organização judiciária e os regimentos internos dos Tribunais, que, por imposição **constitucional** (art, 5º, XV, **a**) e **legal** (art. 1.049 do C. P. C), e ainda em virtude da sua posição hierárquica inferior dentro do sistema federativo brasileiro, não podem ser, concorrentemente com o Código de Processo Civil, supletivas ou subsidiárias das leis de processo.

De modo que jamais se poderá, **relegando a plano inferior as leis genéricas do processo civil**, aplicar em lugar delas, as leis locais de organização judiciária ou as normas regimentais, sob pena de

quebra do princípio unitário processual, e de subversão do sistema, ou subversão do que resolvemos denominar — lei de prevalência do sistema.

57. Para chegar a esta conclusão procuramos, em modesto bosquejo, sistematizar o enunciado dos conceitos preliminares necessários à exposição epistemológica da matéria, através da seguinte construção:

1) Distinguimos as normas processuais civis, entendidas como princípios jurídico-científicos, das normas compendiadas no Código de Processo Civil, considerado este como o repositório dos princípios genéricos já condensados em contexto legislativo, para em seguida fazer a distinção das leis especiais, que constituem texto ou contexto dos princípios específicos em relação a determinada matéria, à qual o legislador quis atribuir uma forma de processo peculiar, distinta do processo comum ou genérico.

2) Assentamos, então, que o estudo da prevalência de um dos princípios contidos em qualquer das normas dessa tricotomia (normas processuais do direito-ciência, normas processuais genéricas do Código de Processo Civil, e normas processuais das leis especiais) sobre o outro, supõe a existência necessária de um conflito de leis.

3) Concluímos, depois, que o conflito entre contextos legislativos leva à impossibilidade ou à perplexidade, quando não dirimido, ou conduz à arbitrariedade quando resolvido sem o apelo à fonte do sistema geral do direito, que inspira e disciplina tanto os contextos genéricos como os específicos.

4) Assinalamos, em continuação, que esse tipo de conflito legislativo se assemelha aos chamados conflitos interespaciais, assim como aos chamados conflitos intertemporais de direito, isto é, aos problemas do direito internacional privado e aos de direito transitório, pois assim como no direito inter-espacial o que se decide é a prevalência da regra de um estado soberano sobre a de outro estado soberano, e no

direito intertemporal o que se resolve é, igualmente, um problema de prevalência — neste caso através do fenômeno da incidência, para dizer-se qual a lei que incidiu, se a anterior ou a posterior — assim também nos conflitos que fazem objeto do presente estudo o que está em equação é a predominância da regra de determinado contexto sobre a de outro contexto diferente.

5) Passamos, assim, a classificar os conflitos de que tratamos neste estudo, para melhor caracterizá-los, sob a denominação de conflitos **intercontextuais**, acentuando que é neologismo jurídico indispensável, tanto cada dia mais se tornam necessárias a invenção, a composição ou a adaptação de termos para jogar com os diversos dados da ciência, evitando os circunlóquios e as eufemias.

6) Mostramos que, na tese que defendemos, é, com efeito, sempre a regra de um contexto distinto que se opõe ou entra em conflito com a regra de outro contexto também distinto, ao contrário dos conflitos existentes num mesmo repositório de leis ou num mesmo Código, aos quais, para diferenciá-los dos primeiros, passamos a atribuir a denominação de conflitos **intertextuais**, porque existentes num mesmo contexto, quer se trate da oposição de um texto contra o próprio contexto em que aquele se contém, quer se trate de incompatibilidade de um texto contra outro texto do mesmo repositório.

7) Demonstramos, ainda, que nas hipóteses de conflitos **intertextuais** o que está em equação é sempre o problema de dirimir uma **antinomia**, aparente ou verdadeira, e que a problemática dos conflitos **intertextuais** é a problemática da prevalência ou predominância do verdadeiro sentido da **mens legis**, no seu sistema.

8) Em contraste, afirmamos que nas hipóteses de conflitos **intercontextuais**, matéria do presente estudo, não há que falar em antinomia, porque ela nunca se apresenta quando se trata de repositórios, compêndios ou elencos diferentes. A oposição de regra de um repositório

contra regra de compêndio ou código diverso, caracteriza tão-somente um conflito ou oposição de princípios que se resolve, em regra geral, pela predominância do específico sobre o genérico, ao contrário do que ocorre nos conflitos **intertextuais**. De fato, nos conflitos ou oposição de regras dentro de um mesmo código, a antinomia então existente resolve-se pela lei da predominância do espírito sobre a letra, ou pelo que denominamos **lei da prevalência do sistema**. É o gênero, o corpo de doutrina, que subsume a espécie. Se esta, como parte, vai de encontro ao todo, desarticulando o corpo — sem poder ser interpretada como exceção expressa ou implícita — neste caso, em matéria de processo, sempre para atender a uma exigência de ordem pública ou à necessidade de proteção aos incapazes — é o todo, é o corpo que prevalece contra a parte, pela predominância e pelo respeito ao sistema.

9) Fizemos, então, uma distinção fundamental entre os conflitos **intercontextuais** de processo, dividindo-os em duas categorias principais: a) conflitos intercontextuais **maiores**; b) conflitos intercontextuais **menores**.

10) Os conflitos intercontextuais **maiores** podem ser: a) de lei ordinária municipal contra a Lei Orgânica, que é a constituição do município, contra a Constituição do Estado ou contra a Constituição Federal; b) de lei ordinária estadual contra a Constituição do próprio Estado ou contra a Lei Maior da União; c) de lei ordinária federal contra a própria Carta Magna da federação.

11) Os conflitos intercontextuais **menores** são os de leis ordinárias entre si, isto é, de lei ordinária contra lei ordinária, de regulamento contra a lei ou em extrapolação da lei, ou de regimento contra o regulamento ou em extrapolação do regulamento ou contra a própria lei — para nos fixarmos somente nas linhas de maior importância, pois podem denominar-se conflitos intercontextuais **menores**, igualmente, os que resultam da oposição de portarias, circulares,

instruções ou deliberações normativas a princípios de leis ordinárias ou dos regulamentos destas, os quais, sendo de menor importância no tratamento da problemática jurídica, são, entretanto, e infelizmente, os de maior frequência, pelo caráter desordenado e autoritário com que o Poder Executivo, no regime presidencialista, vai, cada dia que passa, exaurindo a sua quase-onipotência, quer na intervenção indevida em outras áreas estranhas à sua competência, como, especialmente, na usurpação de funções do próprio Poder Legislativo.

12) Ainda a propósito dos conflitos intercontextuais **maiores** acentuamos que direito não é, nem pode assim ser chamado, a norma ou lei que se opõe à regra maior ou viola o seu mandamento. A Constituição, como super-direito, é o continente a que se têm de ajustar, por cabimento necessário, todas as leis e, pois, a que se tem de ajustar o próprio direito, que não existe contra ela nem desajustado dela. Só pode ser seu conteúdo ou projeção dele. Assim, só se pode falar em conflito intercontextual do superdireito com a lei, e jamais em conflito do superdireito com o direito, a não ser que se chame também superdireito a lei ordinária que constitui estrutura ou modelo para outras leis ordinárias, acessórias e projeções daquela.

13) Estabelecida a dicotomia principal dos conflitos intercontextuais em **maiores** e **menores**, frisamos que a solução de qualquer deles depende da verificação dos seguintes fatores, que podem ocorrer em relação às normas jurídicas em oposição: a) ser o conflito apenas aparente (por dependência de inteligência ou de interpretação) ou ser verdadeiro, isto é, haver, realmente, oposição entre textos de dois ou mais contextos diferentes; b) estarem em vigor as normas conflitantes, excluindo-se, assim o problema de direito intertemporal; c) serem válidas as normas conflitantes, de maneira a não se reduzir o problema, simplesmente, à legitimidade do texto, como nas hipóteses de extrapolação ou incompetência (segundo a tábua de hierarquia e privatividade contida no art. 5º, de supletividade ou complementaridade

referida no art. 6º, e ainda de acordo com os arts. 7º a 32; 97, inciso II; 105; 106, parág. único; 117, parág. único; 123, § 2º; e 124, todos da Constituição Federal), de ineficácia por defeito formal (arts. 67 a 72), ou por desrespeito ao elenco dos direitos e garantias individuais (art. 141).

14) Concluímos, em conseqüência, que, feita a verificação preliminar da existência desses fatores, que seria como a limpeza do campo onde o jurista ou, mais propriamente, o hermeneuta terá de trabalhar, só resta resolvê-lo, sempre dentro do princípio da **prevalência do sistema**, a não ser que seja clara, insofismável ou insusceptível de paralogismo, a **mens legis** que quis dar a uma das normas o caráter de exceção, isto é, que quis lhe dar cunho específico, fora do genérico.

15) Depois de darmos o conceito do Direito Processual Civil e indicar a área pública e privada em que ele opera, afirmamos que a norma processual civil, como princípio de direito adjetivo, assemelha-se aos princípios de direito substantivo por conter uma **regra** de conduta e um **mandamento**, mas diferencia-se destes por constituir **meio** e **garantia** do cumprimento ou execução dos direitos subjetivos materiais. Enquanto o processo é **forma**, e por isso é adjeto ao principal, que é o direito substantivo, este é **matéria**, e como matéria é **conteúdo** da atividade jurisdicional ou processual, pois a jurisdição tem por finalidade precisamente assegurar a realização ou a execução do **conteúdo**. Assim, o direito processual civil é **continente**. Enche-se com a dinâmica do direito substantivo, a que visa garantir.

16) Afirmamos que o Direito Processual Civil é, de todos os ramos do direito, o que menos opera pelos princípios científicos. Ele se alimenta e se inspira nesses princípios, mas só opera ou impera através da norma escrita, ao contrário dos outros ramos, inclusive o próprio Direito Penal substantivo, que opera também por coerção ética ou por exortação.

17) A propósito da observação de JOSÉ FREDERICO MARQUES, de que, embora os sujeitos privados intervenham no processo e nele exercitem direitos subjetivos, tais direitos são, também, de índole pública, fizemos a restrição de que, abduzido do direito público subjetivo meramente processual atribuído às partes (ação, exceção, recurso), têm elas, quase sempre, um direito subjetivo privado, e é este, precisamente, o que, em regra, procuram tornar efetivo através do processo. Logo, não se pode generalizar a afirmativa de que os direitos individuais em jogo no processo são sempre de índole pública, ou são sempre direitos públicos subjetivos. Quando estão **sub judice** os direitos de cidadão (“civil rights”, na terminologia constitucional norte-americana), como os que se inscrevem no elenco das garantias individuais (art. 141 da Constituição), não há dúvida que o conteúdo da ação, o **jus perseguendi in judicio**, é direito público subjetivo. Mas numa grande parte dos casos que são levados à jurisdição estatal, através do procedimento público — senão, talvez, na sua maioria — o que está em jogo, o que pretendem as partes é a vindicação de um direito privado.

18) Citando PONTES DE MIRANDA, na observação de que, pelo fato de o Estado passar a **dever justiça**, tornou-se o **monopolizador** dela, acentuamos que esse monopólio não existe em termos absolutos, porque o juízo arbitral, como forma contratual de atribuir a uma jurisdição privada a decisão do processo, tira à jurisdição estatal o caráter exclusivo.

19) Depois de observarmos que os princípios de direito processual que inspiram as normas codificadas são princípios de ordem pública, concluímos que, por entenderem com a proteção dos direitos propriamente adjetivos (ação, exceção, recurso) e com os termos em que estes se projetam no processo, as normas codificadas, os princípios que se tornaram em lei escrita são, em regra, **jus cogens**. O que equivale a dizer que as normas processuais são ao mesmo tempo coagentes e cogentes, dando-se-lhes, em princípio, caráter obrigatório, embora se

admita que hajam, excepcionalmente, normas processuais de natureza dispositiva, que não coagem nem restringem a vontade dos particulares. As exceções são as regras que não contenham, ínsitas, uma razão de ordem pública, tornando-se dispositivas pela vontade das partes, e as normas que permitam (a) a suspensão da instância, (b) a terminação do feito pela transação, e (c) a arbitragem, estes três últimos constituindo exemplos típicos de **normatividade** pela vontade das partes.

20) Fazendo a análise epistemológica da lei, acentuamos que para o direito-ciência se tornar em **lei** é indispensável que esta seja editada pelo Estado, ao contrário da lei no sentido filosófico — relação constante e necessária entre fenômenos, como em ciência econômica a lei da oferta-e-da-procura e em ciência física a lei da gravidade — e então ela se torna **mandamento**, em cada um dos seus textos ou no conjunto de suas prescrições. **Lei**, pois, neste sentido amplo, é regra, norma, ordenança ou ordenação (também com a acepção de ordenamento), é estatuto, regulamento, regimento, rescrito, édito, nomo ou cânon. Mas é também por uma figura de metonímia e por extensão, o conjunto de normas ou de leis.

21) Analisamos a passagem do regime **pluralista** do direito processual, no Brasil, para o regime **unitarista** e, depois de citar RUY BARBOSA, segundo o qual a jurisprudência degenerara num aglomerado caótico de antagonismos irredutíveis, por falta de uma autoridade legislativa comum que os eliminasse, afirmamos que essa ausência de uniformidade não decorria da **pluralidade** legislativa — hoje abolida — mas era, como ainda é, o resultado dos próprios defeitos do entendimento humano, nas decisões colegiais (cada cabeça, cada sentença), onde as maiorias ocasionais, as influências de circunstância ou a falta do exame detido dos casos, pelo “back log” com que se atulham de processos, hoje, os nossos tribunais, tem feito da jurisprudência uma corrida de lanchinha, e dos repertórios de julgados um desafio de quebra-cabeças, sem a iteração

e a uniformidade que tanto se esperou como resultado da política legislativa **unitária** em matéria de processo.

22) Referimo-nos às **leis especiais** de processo, como leis extravagantes, que têm por objeto regular particularmente determinada matéria, a que se quis dar uma disciplina peculiar, quer por se tratar de situação nova ou diferente da situação geral — permanente ou temporariamente — quer por precisar o legislador de fugir ao sistema geral com um objetivo de rapidez, de proteção deliberada ou de estabelecer prioridade ou preferência, constituindo, em qualquer das hipóteses, regime excepcional.

23) Afirmamos que, fora das exceções que explicitamente editar, as leis especiais vigentes em concomitância com a lei geral, não revogam nem modificam os princípios genéricos desta, que persistem e subsistem com ela (argumento do art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil).

24) Por isso, porque as leis especiais devem conviver pacificamente com a lei geral, sem revogá-la, mas apenas derogando-a **ad hoc, in hypothesis**, é que elas são chamadas extravagantes, porque **extravagam**, no conceito lexicográfico deste verbo, a saber — saem da ordem geral, saem da coleção, sem, contudo, destruí-la.

25) Concluímos, então, que as leis especiais de processo, como leis extravagantes, cuidam sempre de situações singulares, e, assim, ou são complementares do Código, sanando omissões ou preenchendo espaços em branco da lei geral, ou são modificativas desta, para atender a situações especiais com uma disciplina também especial ou peculiar.

Mas fora das omissões ou dos espaços em branco preenchidos, como fora das normas especiais editadas para situações singulares, toda a

disciplina geral do Código, toda a sua sistemática incide sobre os processos especiais com o mesmo vigor e a mesma generalidade.

26) Indicamos, na parte final do capítulo sobre **leis especiais**, o elenco principal das anteriores ao Código de Processo Civil, por este não revogadas, bem como das posteriores ao mesmo Código, como uma contribuição ao exame comparativo da matéria estudada, a que interessam, primordialmente, as leis especiais complementares referidas no art. 1º do dito repertório legal.

58. Exposto, em tese, o princípio da prevalência do sistema, chamamos a atenção dos estudiosos para a sua utilização em hipótese, demonstrando que a subversão **já se instalou**, com a utilização e o funcionamento deformado das chamadas “correções parciais” e “reclamações regimentais”, exemplificando, motivadamente, essa subversão, com o acórdão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que admitiu como certa, decisão do Conselho de Justiça do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, ao dar acolhida a reclamação regimental e mandar aplicar subsidiariamente à lei de falências, em matéria recursal, o seu regimento interno, em lugar do artigo 842, inciso XVII, do Código de Processo Civil, quando não se tratava de decisão irrecurável na esfera processual, pois era o caso daquele recurso específico e adequado (o agravo de instrumento).

59. O presente trabalho tem, afinal, o sentido de advertência, a fim de que se reforce a corrente da legalidade, com o objetivo de evitar o perecimento do sistema e a instalação do caos social, a que chegamos sempre que a ordem jurídica é desrespeitada ou subvertida.

Essa advertência não se reveste, porém, do cunho da intolerância ou da ortodoxia cegas, diante das falhas de aplicação do sistema, pois um ou mais julgados apenas, sem a iteração que só o estudo meditado dos casos pode assegurar nas decisões colegiais, não

podem constituir jurisprudência, nem, por isso mesmo, padrões a serem respeitados.

Sem querer que as decisões dos nossos mais altos tribunais constituam verdadeiras normas — o que, fora do sistema anglo-americano, em que domina o “common law”, somente o poder legislativo pode editar — a verdade é que o seu caráter tumultuário não tem contribuído para que o Poder Judiciário seja uma fonte pura da doutrina, quer para ajudar na interpretação dos textos legais em vigor, quer para inspirar a própria elaboração da lei.

São múltiplas as causas desse desajuste, entre elas se devendo acentuar a grande massa de processos que é atirada ao estudo dos julgadores, num país cujo desenvolvimento econômico e cujo índice de aumento demográfico vem ultrapassando as mais audaciosas previsões, mas é indispensável que os próprios Tribunais, perquirindo as razões da sua deficiência funcional, ponham-lhe cobro com os elementos da sua própria competência ou deprequem ao Poder Legislativo a solução que depender da lei.

BIBLIOGRAFIA

ALSINA, Hugo, *Tratado Teórico e Prático de Derecho Civil y Comercial*.

AMERICANO, Jorge, *Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil*.

AULETE, Caldas, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*.

AZEVEDO, Philadelpho (Ministro), *Um Triênio de Judicatura* (Voto no Recurso Extraordinário nº 5.877) .

BARBOSA, Ruy, *Comentários à Constituição Federal Brasileira*.

BRAGA, Antônio Pereira, *Exegese do Código de Processo Civil*.

BEDRAR. Elias, *Falências e Concordatas no Direito Brasileiro*.

CELSE, *Dig.*, Liv. I, Tít. III, frag. 24.

CAMPOS, Francisco, *Exposição de Motivos* (in "Diário Oficial" da União, de 23 de julho de 1941) .

CASTRO, Amílcar de, *Comentários ao Código de Processo Civil*.

CHAVES. Pedro (Ministro), "Voto — Acórdão no Rec. Extr. nº 57.580 — STF."

CHIOVEMDA, Giuseppe, *Instituições de Direito Processual Civil*.

COUTURE, Eduardo J., *Interpretação das Leis Processuais*.

CRUZ, João Claudino de Oliveira, *Dos Recursos no Código de Processo Civil*.

FAGUNDES, Miguel Seabra, *Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil*.

FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

GÉNY, François, *Méthode d'Interpretation et Sources en Droit Privé Positif*.

GUIMARÃES, Hahnemann (Ministro), "Voto, acórdão em Rec. Extr. 13.828 (STF)".

GUIMARÃES, J. L. Pinto, Trabalho in *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*.

JUSTINIANO, *Institutas*, Liv. I, Tít. I, "De Justitia et Jure", Pág. 1.

LEAL, Vítor Nunes, Trabalho in *Revista de Direito Administrativo*.

MARQUES, José Frederico, *Instituições de Direito Processual Civil*.

MARTINS, Pedro Baptista, *Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais*.

MIRANDA, Pontes de, *Comentários ao Código de Processo Civil*.

MIRANDA, Pontes de, *Comentários à Constituição Federal de 1946*.

MOYSÈS, *Bíblia, Livro de Êxodo*.

NONATO, Orozimbo (Ministro), "Voto em Rec. Extr. n. 13.828, *in* Apenso n. 71, "Diário da Justiça", de 25-5-1952.

OLIVEIRA, Gonçalves de (Ministro), "Voto, acórdão no Rec. Extr. n. 57.580 (STF)".

PACHECO, José da Silva, *Falência e Concordata — Tratado das Execuções*.

PAZ, Firmino Ferreira, "Parecer, no Rec. Extr. nº 57.580" (STF).

SILVA, Antônio Moraes, *Dicionário da Língua Portuguesa*.

SILVA, De Plácido e, *Comentários ao Código de Processo Civil*.

VALVERDE, Trajano de Miranda, *Comentários à Lei de Falências*.

"*Restatement of the Law of Conflict of Laws*", do "American Law Institute".

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891.

Decreto n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908.

Decreto n. 23.125, de 21 de agosto de 1933.

Constituição Federal de 16 de julho de 1934.

Constituição Federal de 10 de novembro de 1937.

Lei n. 492, de 30 de agosto de 1937.

Decreto-lei n. 710, de 17 de setembro de 1938.

Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938 (e alterações posteriores, art. 3º do Decreto-lei n. 5.455, de 3 de maio de 1943; Decreto-lei n. 1.052, de 17 de janeiro de 1939).

Código de Processo Civil (Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939).

Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Decreto-lei n. 1.965, de 16 de janeiro de 1940.

Decreto-lei n. 2.253, de 30 de maio de 1940.

Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 (alterado pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956).

Decreto-lei n. 3.240, de 8 de maio de 1941.

Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil).

Decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942.

Decreto-lei n. 6.790, de 15 de agosto de 1944.

Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944.

Decreto-lei n. 6.777, de 8 de agosto de 1944.

Decreto-lei n. 7.659, de 21 de junho de 1945.

Decreto-lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945 (Código de Organização Judiciária do antigo Distrito Federal).

Decreto-lei n. 8.570, de 8 de janeiro de 1946.

Decreto-lei n. 8.951, de 28 de janeiro de 1946.

Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Lei n. 70 de 20 de agosto de 1947.

Lei n. 94, de 16 de setembro de 1947.

Lei n. 623, de 19 de fevereiro de 1949.

Lei n. 818, de 18 de setembro de 1949.

Lei n. 968, de 10 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

Lei n. 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (com alterações posteriores).

Lei n. 1.301, de 28 de dezembro de 1950.

Lei n. 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Lei n. 1.661, de 19 de agosto de 1952.

Lei n. 1.990, de 25 de setembro de 1953.

Lei n. 2.771, de 22 de julho de 1954.

Lei n. 2.770, de 4 de maio de 1956.

Lei n. 3.081, de 22 de dezembro de 1956.

Lei n. 3.396, de 2 de junho de 1958.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão da 4ª Câmara Cível do TJDF, *in* "O Processo à Luz da Jurisprudência", vol. XXII, pág. 21.

Acórdão do TJDF, *in* "Revista dos Tribunais", vol. CXV, pág. 127.

Acórdão do Conselho de Justiça do TJDF, *in* "Arquivo Judiciário", vol. 79, pág. 355.

Acórdão da 7ª Câmara Cível do TJDF, *in* "O Processo à Luz da Jurisprudência", vol. XVI, págs. 2.986 e 2.987.

Acórdão da 5ª Câmara Cível do TJDF, *in* "Arquivo Judiciário", vol. 60, pág. 271.

Acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, *in* "Arquivo Judiciário", vol. 65, pág. 204.

Acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, *in* "Revista Forense", vol. 115, pág. 430.

Acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, *in* "Revista Forense", vol. 110, pág. 357.

Acórdão do TJSP, *in* "Revista dos Tribunais", vol. 153, página 537.

Acórdão do TJSP, *in* "Revista dos Tribunais", vol. 79, página 355.

Acórdão da 2ª Câmara do TJSP, *in* "Revista dos Tribunais", vol. 178, pág. 90.

Acórdão do Conselho de Justiça do TARJ, *in* "Arquivo Judiciário", vol. 55, pág. 54.

Acórdão do T.J.R.G.N., *in* "Revista Forense", vol. 160, página 1.306.